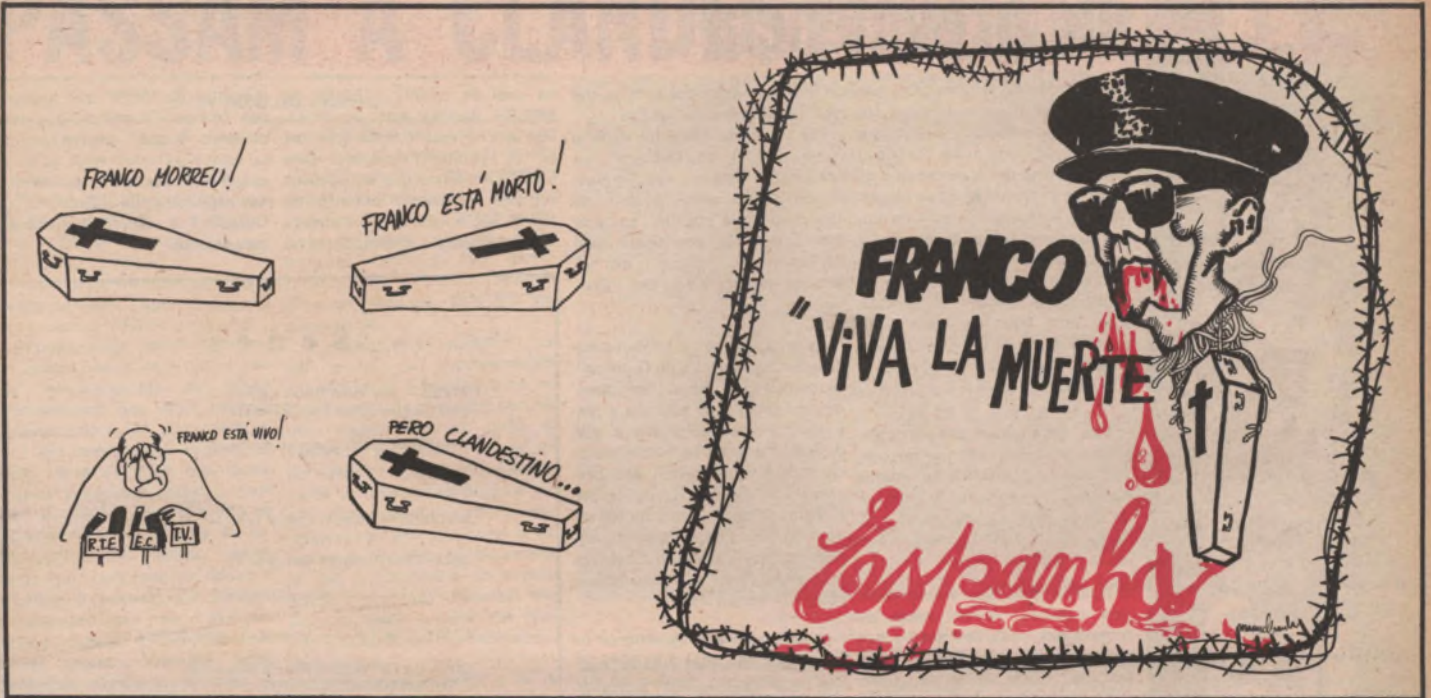


Revolução



AS BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS PASSAM À CLANDESTINIDADE



ANGOLA - TIMOR

Pág. 11

SOLDADOS

Pág. 7-8-9-10

PISTOLA WALTHER

Pág. 15

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

Revolução

OLHÃO

Famílias vivendo em más condições ocupam blocos habitacionais da previdência

Cerca de 112 famílias, algumas com muitos filhos e vivendo em péssimas condições avançaram numa acção comum de ocupação revolucionária de apartamentos da Caixa de Previdência. Estes blocos habitacionais que há mais de um ano se encontravam encerrados e praticamente acabados, apenas faltando ultimar pormenores urbanísticos e ligações de energia, eram uma autêntica provocação aos habitantes de Olhão — na sua maioria trabalhadores ligados à dura faina do mar.

Esta acção, que consideramos justíssima, veio confirmar na prática que os trabalhadores unidos numa vontade comum são capazes de levar de vencida todos os obstáculos que a burguesia coloca no seu caminho.

Após a ocupação foi formada uma comissão revolucionária de moradores, representada por elementos de cada bloco habitacional. Estes elementos terão como missão a exigência aos sectores responsáveis que acabem as obras, o estudo através de plenários da questão das rendas e

de uma maneira geral tudo o que diga respeito à comunidade.

Por consenso geral foi dado o nome de "8 de Outubro" ao conjunto de residências, comemorando assim a data da ocupação e que, por sinal, coincide com a data do assassinato pelo imperialismo "ianque" do revolucionário argentino "Che" Guevara.

Daqui saudamos a todos os habitantes do bairro "8 de Outubro", esperando que saibam compreender que necessitam estender a vossa acção revolucionária e a solidariedade a todos os outros moradores que ainda vivem em péssimas condições. Terão assim aumentado mais um elo na formação do Poder Popular e na organização para a Revolução Socialista que há-de varrer do nosso país o poder da burguesia.

Daqui saudamos igualmente os moradores nas suas intenções de não permitirem o domínio da sua organização por qualquer partido. Sobre este aspecto, lamentamos sinceramente as considerações vindas a lume no "Luta Popular",

no qual se calunia a acção do PRP-BR durante esta ocupação. Não será necessário tentar justificar as vis mentiras propagadas pelo MRPP. Achamos que as opiniões sectárias, fanáticas, próprias do MRPP, são uma verdadeira afronta aos trabalhadores simpatizantes ou

milитantes do MRPP que habitam nos blocos. O melhor que nós achamos é que devem ser os

próprios simpatizantes do MRPP e os habitantes do bairro "8 de Outubro" a darem a resposta conveniente.



Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 90800
— 185900

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

Sedes

ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedroso, 15
ALGÉS DE CIMA Tel. 2100337

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40

ÁRGEA

BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29

BRAGA — R. Santa Margarida, 169, 1.º

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10
Tel. 2763267/2763397/2763122

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, 60

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21
Tel. 24998

FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

LAVRADIO — R. Dr. José Carcano Lobo, 12

LISBOA — Sede Central do Partido
Rua Castilho, 70 — Tel. 48119

573520
573640

Jornal "Revolução"
Rua Castilho, n.º 70

LOULÉ — Av. José da Costa Mealha, 39-1.º

MARINHA GRANDE — R. Marquês de Pompal, n.º 65

OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C

PAREDE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Tel. 2474142

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, n.º 17

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Tel. 315759/315786

S. JOÃO DA MADEIRA — R. Jaime Afreixo, 142

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, 16-17

SETÚBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz
Rua Jorge de Sousa

VIANA DO CASTELO — Rua José Espargueira — Tel. 22558

Universidades Proletárias

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68

Face à lei do desarmamento AS BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS PASSAM À CLANDESTINIDADE

O avanço da direita

A direita em Portugal, manifesta-se de duas maneiras, a legal e a clandestina.

A legal, encontra-se nos órgãos de Poder instituídos e a clandestina, está em organizações tipo ELP, MDLP, e não só...

Estas duas facetas da direita, fazem-se sentir, e agora começam-se a mostrar mais do que nunca.

O poder actual tem efectivamente fechado os olhos a todo o tipo de movimentações de direita clandestinas; isso vê-se bem na liberdade de acção que é dada ao ELP em determinadas regiões, do país, vê-se no clima que rodeia alguns fascistas e portanto, tudo isso se resume na indiferença ou cumplicidade, em relação às organizações de direita. Neste momento, conhecem-se nomes e moradas de homens que recrutam e propagandeam para o ELP e o MDLP, sabe-se de reuniões onde esses mesmos homens estão presentes, conhecem-se redes de tráfico de armas, e perante tudo isto, o poder não faz o que quer que seja, não mexe um dedo para impedir o que quer que seja. Este "fechar de olhos" que muitas vezes é pura e simples cumplicidade, mostra bem a quem queira ver, que se trata da mesma classe em acção, a defender os mesmos interesses.

Paralelamente, o poder tem-se preocupado muito (principalmente nestes últimos tempos) com a esquerda. O PPD, PS e congéneres, vêem bem a importância da esquerda no movimento operário no seio dos soldados e no campo; por isso, gritam e gesticulam. Comohnão existe efectivamente neste momento, montada uma estrutura militar repressiva de que o governo se possa socorrer, este utiliza um tipo de "repressão ao nível administrativo" ou seja, actua em relação à informação, à Câmara do Barreiro aos

Govenos Cívicos, etc.

Ao mesmo tempo que o Governo vai fazendo a "sua função" a direita clandestina vai gerando uma onda de terrorismo, pondo bombas, (foi uma colocada recentemente à porta do PRP) incendiando sedes de partidos, fazendo ameaças pessoais, tudo isto impunemente.

É, perante esta "paisagem", que sai a lei do desarmamento. Curiosamente é idêntica e sai em altura idêntica a uma saída no Chile dois meses antes do golpe de Setembro de 73; em Portugal, há no entanto, uma diferença importante em relação ao Chile: é que cá, neste momento é só a social-democracia que joga com o espectro da esquerda revolucionária, já que o reformismo só o pode utilizar até às vésperas das eleições, pois a partir daí ficou numa situação em que facilmente é denunciado.

De qualquer maneira, a lei do desarmamento não encontrou eco na população minimamente esclarecida, e já há algum tempo, quando da saída do decreto lei se assistiu à ridicularização do decreto, com entrega de facas de mato, catanas, etc.

Mas é também bem claro, que o Governo não fez esta lei para que os trabalhadores e os revolucionários lá fossem entregar as armas de mão beijada; fé-la para ter a oportunidade e pretexto legal para assaltar sedes, locais de trabalho, casas, enfim, para ter possibilidade de fazer aquilo que quer e que até agora não pode. Basta começar com um certo tipo de provocações para os quais até nem precisa de muitos homens, faz com que se lhe responda a tiro, e a partir daí começam as prisões e perseguições. Isto vê-se bem pelo exemplo das prisões em Bafoa, quando da tentativa de ocupação de terras.

Separação das B.R.

Por tudo isto, o PRP separou-se das Brigadas.

Após o 25 de Abril, e dadas as novas condições em que se vivia, as Brigadas foram enquadradas no PRP, mantendo sempre, de qualquer maneira, a sua estrutura clandestina, que se manteve desconhecida do público e mesmo no interior do partido. Isto compreende-se dada a instabilidade política e a impossibilidade de prever o futuro. A 21 de Junho, quando saiu o PAP, que previa a lei

do desarmamento, a Comissão Central do PRP-BR tomou a decisão da passagem à clandestinidade das Brigadas, logo que houvesse necessidade disso, e delegou à Direcção a possibilidade de o fazer.

Tendo saído agora o prazo marcado pela lei de desarmamento, a decisão foi tomada, passando as Brigadas à clandestinidade, e ficando o PRP legal. Isto não implica de maneira nenhuma diver-



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Na mesa Isabel do Carmo e Carlos Antunes, da direcção do Partido e quatro camaradas das Brigadas

gências ideológicas ou programáticas. Vem simplesmente na sequência de uma necessidade objectiva de fazer frente ao avanço da direita e de uma maior liberdade de acção. Esta medida constitui no entanto uma possibilidade de reserva para os trabalhadores e para os

revolucionários, já que as Brigadas Revolucionárias estão dispostas a responder ... "olho por olho, e dente por dente" a todas as provocações. Ficar também assim, campo aberto de acção contra a direita, COMO, QUANDO E ONDE ENTENDEREM

Exército revolucionário

Quanto à acção das Brigadas depois do 25 de Abril, disse um camarada a certa altura: Após o 25 de Abril as Brigadas têm feito um importante trabalho dentro dos quartéis, com vista a formação do Exército Revolucionário da classe operária... "Toda a actividade das Brigadas dentro dos quartéis tem sido feita com vista à neutralização das forças reacçãoárias dentro dos quartéis, no sentido da

entrega do comando dos quartéis aos soldados e à criação, como já atrás referi, do EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO. Um caso importante da criação de um comando paralelo de soldados, é o caso do RASP, que aponta no caminho do tal Exército Revolucionário onde o comando político militar das unidades será exercido pelos soldados e oficiais revolucionários".

As mulheres nas B.R.

Tendo falado a seguir uma camarada, que além de pontos importantes que focou, disse que "como é do conhecimento público, nas Brigadas, já antes do 25 de Abril participavam mulheres em todo o tipo de acções, desde acção directa, à preparação de acções, em todas as tarefas que as Brigadas se propunham realizar. Depois do 25 de Abril, a acção das B.R., continuou a desenvolver-se e evidentemente a participação das mulheres continuou a fazer-se nas mesmas condições sem qualquer restrição à prática e à organização a todos os níveis. Estava também

bem claro que assim como antes do 25 de Abril, para as Brigadas, a luta se punha em termos de vida ou de morte, hoje, mais do que nunca, essa luta se põe em termos de vida

ou de morte, e isso significa que contra a violência reacçãoária que a burguesia se propõe abater sobre as massas trabalhadoras, as Brigadas responderão taco a taco com a violência revolucionária. Hoje mais do que antes, existem condições para a conjugação das nossas acções com a acção violenta das massas. Estaremos com as massas nessa violência revolucionária com o mesmo fim com que nos encontrávamos antes do 25 de Abril".

Para finalizar, podemos dizer:

Senhores burgueses, prestem atenção! — não é com leis de desarmamento, não é com AMI's, não é com soldados enganados dos comandos que vocês param as massas trabalhadoras no processo revolucionário que é delas, feito por elas, e para elas. Os trabalhadores não se assustam. Preferem morrer com uma arma na mão, e levar alguns de vocês à frente do que morrer lentamente através da exploração a que estão sujeitos.

Por isso, dizemos, e repetimos: Contra a violência reacçãoária, opomos e oporemos sempre a VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA.

A acção depois do 25 de Abril

Parz isso disse um camarada das B.R. que estas depois do 25 de Abril se bateram e continuarão a bater-se por:

— "Desmantelamento de ELP's, MDLP's e familiares.(caso de Colares, e muitos outros se lhe seguirão).

— Armamento dos tra-

balhadores — operários e camponeses.

— Vigilância activa nas fronteiras, locais de trabalho e habitação.

— Combate feroz ao fascismo

— Formação do Exército Revolucionário.

— Insurreição Operária."

TIMEX

—O jogo do imperialismo —A organização dos trabalhadores

TIMEX — parte portuguesa de uma multinacional com fábricas em vários países da Europa Ocidental, capital americano. Dependência completa em relação aos Estados Unidos contra vêm as peças para montagem dos relógios. Cerca de

2.000 trabalhadores distribuídos por 11 sindicatos, sendo os principais, pelo número de trabalhadores que aglomeram, o dos ourives, o dos metalúrgicos e o dos escritórios

das neste país condições para uma luta desenvolvida do proletariado que levasse ao necessário aumento de salários, a empresa aqui não interessava mais à multinacional. Por outro lado, faz parte da estratégia do imperialismo o boicote económico a Portugal, embrião de um processo revolucionário avançado. Assim, a diminuição do fornecimento de peças para montagem de relógios por parte dos Estados Unidos, surge paralelamente à luta dos trabalhadores.

E se, de início, o boicote foi mais ou menos tímido e cauteloso, neste momento ele é descarado.

Nesta sequência, a administração, dizendo que há uma grande falta de assiduidade por parte dos trabalhadores (na sua maioria mulheres) e que conseqüentemente há muitos que apresentam fraca produtividade, decidiu criar dois "departamentos" fantasmas para onde serão transferidos todos os operários que não satisfaçam as exigências da mesma administração, a nível de produtividade.

Falando com um elemento da Comissão de Trabalhadores tomamos conhecimento que nes-

ses "departamentos" não haveria trabalho praticamente.

O que é isto, senão uma manobra que visa, com pezinhos de lã, preparar terreno para lançar os tra-

balhadores no desemprego? Para chegar até ao corte total de fornecimentos e fecho da fábrica, se isso for taticamente rentável para o imperialismo?

AS PRIMEIRAS LUTAS

A luta dos trabalhadores da Timex tem raízes nos meses anteriores ao 25 de Abril. Assim, em Fevereiro de 74, a fábrica entra em greve contra os despedimentos (mais de mil de 70 a 74, sem justa causa), contra as medidas de controle repressivo a que os trabalhadores estavam sujeitos e por aumentos salariais.

Logo a seguir ao 25 de Abril, novamente greve, agora com ocupação, exigindo o saneamento de 6 fascistas ligados ao regime de Caetano, exigência satisfeita alguns

dias depois. Mas não terminaria aqui a luta da Timex. Em Junho os trabalhadores voltam à greve, tendo então como principais reivindicações o salário mínimo de 6.000 escudos, trinta dias de férias pagas integralmente, 40 horas de trabalho semanal e abolição dos prémios de produtividade. As reivindicações foram parcialmente satisfeitas e a greve terminou.

No começo de 75, o problema dos aumentos salariais viria a ser retomado sem que tivesse sido resolvido ainda.

A EMPRESA JÁ NÃO CONVÉM AO CAPITALISMO INTERNACIONAL

Como tantas outras multinacionais, a Timex foi montada em Portugal para explorar a mão-

-de-obra barata e assim conseguir elevados lucros. Por isso, a partir do momento em que estavam criá-

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores da Timex sabem bem o que significa esta manobra. Em reunião geral de trabalhadores, no dia 17, aprovaram uma proposta em que recusam completamente a criação de tais "departamentos". Mas eles sabem que o imperialismo vai continuar o seu jogo. Por isso, esperam muito da solidariedade internacionalista dos camaradas operários das outras empresas da multinacional, espalhadas pela Europa. Assim, pensam convocar reuniões com delegados de todas essas empresas para os informar pormenorizadamente da sua luta e estudarem conjuntamente formas de acção face ao inimigo comum. Pensam também que devem reunir com todas as grandes empresas do distrito de Setúbal, multinacionais ou não, no mesmo sentido.

O elemento da comissão de tra-

balhadores com quem falamos disse-nos ainda, que o problema da reconversão já tinha sido posto há alguns meses atrás. Mas, como nessa altura se estava num período de estagnação a nível de luta, os trabalhadores não se sentiram mobilizados para a levarem até ao fim. E ficou-se por aí. No entanto, é um problema a pôr agora como nunca.

Vão prosseguir as conversações com a administração. Até quando? Até quê?

Só os trabalhadores da Timex com os trabalhadores seus camaradas de Portugal e dos outros países poderão encontrar soluções para o problema. E essas soluções, estarão necessariamente ligadas aos interesses da classe operária e seus aliados, estarão ligadas ao avanço do processo político para a Revolução Socialista.

ALERTA TRABALHADORES DOS TÊXTEIS A CINTIDEAL PERDE -5000 TRABALHADORES EM RISCO DE DESEMPREGO

A Suécia pertence à EFTA tal como Portugal. O acordo entre os dois países permite que toda a produção das unidades fabris dependentes do capital sueco possa ser exportada para a Suécia sem pagar taxas alfandegárias. Não bastando isto, as empresas suecas que se estabeleceram em Portugal não pagavam praticamente impostos ao Estado. O director da Algots há 5 anos atrás sintetizava as delícias de Portugal: país sem sindicatos, sem direito de greve, mão-de-obra mais barata da Europa, operários obedientes, o que substitui com vantagem o facto de não haver uma mão-de-obra especializada. Somente em 71 o valor de têxteis exportados para a Suécia foi de cerca de 100 milhões de coroas suecas.

Depois do 25 de Abril os monopólios suecos começaram a preparar a sua saída de Portugal. Abertamente planearam mudar os têxteis para países onde possam explorar a mão-de-obra em condições com regimes fascistas nomeadamente América Latina. Os

capitalistas suecos afirmam que através destes investimentos em países fascistas ajudam os povos locais, pois através disso, divulgam as liberdades democráticas suecas consciencializando os trabalhadores (isto é autêntico. É a razão alega

A empresa é controlada pelo grupo monopolista AZ Eiser que teempresa é controlada pelo grupo monopolista AZ Eiser que tem 90% das acções. A Eiser por sua vez é controlada pelo grupo monopolista AZ Eiser que tem 90% das acções. A Eiser por sua vez é controlada pelo Estado sueco (social-democracia no poder) que tem mais de 50% das acções. Tudo o que a fábrica produz é dirigido para a Suécia. Material e encomendas são suecas. Os grupos monopolistas através do controle dos mercados internacionais impedem qualquer veleidade de independência dos trabalhadores ou da diversificação de mercados.

Desde o 25 de Abril que a Eiser

vinha sabotando economicamente a Cintideal. Por vezes fazia encomendas mas não fornecia material, por vezes fornecia material mas não fazia encomendas. A falta de produtividade da Cintideal em nada preocupava os capitalistas suecos pois em período de crise

TRABALHADORES EM LUTA

A Eiser resolve largar a Cintideal como seria de esperar, pelo que acima foi dito. A Cintideal completamente dependente do monopólio sueco (matérias-primas, encomendas, mercados internacionais) é abandonada ao seu destino.

Mas a Eiser que sabia que tinha de pagar indemnizações aos trabalhadores ao abandonar a fábrica, para o evitar chama à Suécia o gerente português e vende-lhe a fábrica por uma coroa sueca. A indemnização (em vez de dinheiro) consistia assim dos terrenos das fábricas e das máquinas que ninguém quer.

económica internacional até as próprias fábricas suecas na Suécia trabalham a meia capacidade. De resto para substituir a falta de produtividade da Cintideal basta dar umas chibatadas a mais nos trabalhadores do Oriente ou da América Latina.

Na Suécia demagógicamente faz-se propaganda. Os suecos são tão porreiros, tão porreiros que até

SEQUÊNCIA GERAL DO PROCESSO DE LUTA

A exigência dos trabalhadores de que a fábrica continue em laboração sob a responsabilidade da Eiser é-lhes respondido que não. Os trabalhadores exigem a intervenção do Ministério do Trabalho. (Marcelo Curto há 5 anos quando era advogado na Intersindical, tentava convencer os trabalha-

vendem a fábrica por uma coroa sueca aos trabalhadores portugueses. Os operários portugueses não aceitaram a "solução" sueca. Reivindicam o seu direito ao trabalho ou às indemnizações a que tinham direito.

O administrador sueco dirige-se secretamente a Portugal para conversações com o gerente português. Os trabalhadores tomam indirectamente conhecimento de tal e de que o administrador se hospeda no Ritz, e que em breve retornaria à Suécia.

SETENAVE

DO CONTROLO OPERÁRIO PARA A TOMADA DE PODER

SÉTUBAL, TRÊS DA TARDE DE 16 DE OUTUBRO

Num dos refeitórios dos estaleiros da Lisnave, leva-se a cabo mais um importante plenário de trabalhadores da empresa.

Muitas e muitas centenas de trabalhadores participaram nos trabalhos.

Os principais objectivos do plenário eram a análise dum carta, do administrador Moura Vicente, sobre a actual crise da Setenave, e a orientação e definição dos esquemas de eleição do novo Conselho de Trabalhadores (o actual CTS está demissionário).

Na carta dirigida pela administração aos trabalhadores, eram apresentados os pontos de vista daquela, acerca da crise que a Setenave tem vindo a atravessar.

A carta de Vicente já tinha sido objecto de comunicados de trabalhadores, comunicados esses em que ficou bem exposto que os pontos de vista da administração, não são, no essencial, os mesmos dos trabalhadores.

Por outro lado, também o Conselho de Trabalhadores da Se-

tenave e os delegados sindicais elaboraram um documento de crítica às posições da administração.

Nesse documento do C.T.S. dizia-se, entre outras coisas.

"Não foram os trabalhadores que fugiram ou puseram o dinheiro fora do país, nem foram os trabalhadores que deixaram de financiar a empresa. A responsabilidade destes actos, cabe aos capitalistas, que iniciaram a construção da empresa, isto é, o monopólio da CUF".

Na carta da administração pretendia-se aliciar os trabalhadores com uma proposta de co-gestão da empresa. No plenário ficou bem exposto que a co-gestão tinha por finalidade enganar os trabalhadores, levando "a crer os operários que estão a trabalhar para uma coisa que é deles, quando efectivamente estão a trabalhar para o capital".

No plenário, os operários da Setenave deixaram bem claro que a crise que a empresa atravessa

não é uma crise isolada; ela é parte da crise generalizada da economia portuguesa e portanto, na actual fase da luta de classes em Portugal, só um exercício efectivo do controlo operário, interessa aos trabalhadores.

A primeira proposta a ser aprovada no plenário, era na verdade uma contra-proposta ao documento da administração.

Era o seguinte o conteúdo da proposta aprovada pelos trabalhadores:

"... Considerando que a publicação da carta aos trabalhadores e a proposta de plataforma de controlo e comunicação feita pelo administrador Moura Vicente poderiam ter contribuído para uma deterioração das relações entre trabalhadores no seio da empresa, propõe-se:

1.º — O repúdio do esquema de cogestão apresentado na plataforma de controlo e comunicação ou qualquer outro (como autogestão) que tencione comprometer os órgãos representativos dos tra-

balhadores na responsabilidade das decisões que cabem à administração.

2.º — O repúdio de todos os sistemas de carácter repressivo que possam dificultar a realização das tarefas que só aos trabalhadores cabem na construção de uma sociedade socialista.

3.º — Que os trabalhadores façam sentir à administração a necessidade de que esta tome iniciativas relacionadas com os problemas que neste momento mais afligem os trabalhadores, nomeadamente a falta de trabalho".

Seguidamente os trabalhadores debruçaram-se sobre o problema da continuação em vigor do Decreto-Lei n.º 32670 de 17 de Fevereiro de 1943 que prevê a criação nas fábricas de um organismo repressivo - a O.M.I. (Organização Militar Industrial). Como recentemente tinha sido nomeado um delegado da O.M.I. para a Setenave, os trabalhadores em plenário aprovaram uma proposta de cancelamento da "requisição

de todo o material para o OMI e a total proibição da entrada no estaleiro do pretenso comandante daquela organização".

Por último, os trabalhadores debruçaram-se sobre a orientação e definição dos esquemas de eleição do novo Conselho de Trabalhadores.

Dez propostas foram apresentadas à discussão, ainda que, no essencial, tal como vários trabalhadores afirmaram, elas se reduzissem a duas alternativas: uma que, tal como nas eleições anteriores, previa a elaboração de listas (que forçosamente seriam partidárias) nas quais os trabalhadores votariam, e outra que previa a aprovação prévia de uma proposta de controlo operário; uma vez aprovado o projecto de controlo operário, os trabalhadores procederiam a eleições por sector, escolhendo um representante para os CTS. Por cada 100 trabalhadores.

Esta proposta, idêntica à proposta que venceu na Margueira, viria a ter o apoio da maioria dos trabalhadores presentes no plenário.

PLESSEY AUTOMÁTICA

INSOLITAS ALIANÇAS CONTRA UMA PROPOSTA CORRECTA

Com o fim de analisarem a reestruturação do Conselho de Trabalhadores da Plessey Automática Eléctrica Portuguesa (PAEP), cerca de 750 trabalhadores compareceram no passado dia 18 no plenário desta empresa, número reduzido se tivermos em conta que esta empresa tem cerca de 3.500 trabalhadores. Uma das principais causas da desmobilização foi o facto de o plenário se ter realizado fora das horas de trabalho.

Das três propostas que entraram na mesa (proposta n.º 1, 2 e 3), apenas a primeira havia sido previamente discutida pelos trabalhadores sendo a diferença substancial entre a proposta 1 e a 2 e 3 o facto da primeira sugerir a eleição dos membros do CT nas diversas secções, de acordo com os nomes propostos pelos próprios trabalhadores. Por seu lado, as propostas 2 e 3 pretendem eleger o CT através de uma lista de candidatos que, após discussão, seria

votada na totalidade através de eleições secretas.

Deste modo, caso tivesse sido aprovada a proposta 2 e 3 os trabalhadores votavam em camaradas que não conheciam (pois pertenciam a outras secções), pelo que não serviria de nada a reestruturação do CT, já que um dos motivos que a provocou foi, justamente, o facto do CT ter nascido de uma forma incorrecta, o que fez com que os trabalhadores desconhecêssem a maioria dos camaradas que o constituíam.

Mas vamos ao que se passou no Plenário da Plessey.

Após cada um dos proponentes ter defendido a sua proposta durante dez minutos, sucedeu que os defensores da proposta (reformista) não criticavam a proposta 3 ("marxista-leninista") e vice-versa.

Quer dizer, os defensores da proposta 2 e 3, que noutras ocasiões se chamam reciprocamente "esquerdista" e "social-fascista" uniram-se de um modo tácito para

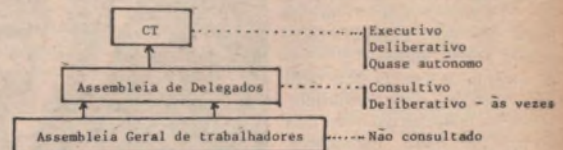
combater a proposta que defende de um modo correcto a eleição do CT!

É de facto curioso como certos "marxistas-leninistas" que andam constantemente a sonhar com o "golpe social-fascista", não só apresentam propostas que na sua generalidade se assemelha à dos reformistas, como se unem aos por eles chamados "social-fascistas" para combater a proposta correcta.

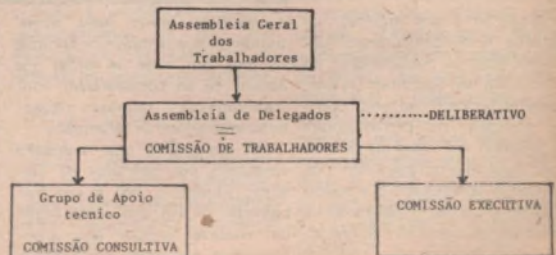
E o que ainda é mais curioso é que, após esta proposta ter sido aprovada, muitos trabalhadores reformistas e afectos às organizações ditas "marxistas-leninistas" abandonaram o plenário, mostrando assim não aceitar a decisão da maioria dos trabalhadores.

Dado que o Plenário terminou num ambiente muito efervescente, e dado que não foram abordados todos os pontos da ordem de trabalhos, ficou decidida a realização de uma nova RGT no prazo de 15 dias.

Presentemente temos uma estrutura organizada da seguinte forma:-



PROPOMOS:



RENASCENÇA NO AR

A luta da Rádio Renascença tornou-se numa luta de todos os explorados, num marco importante da luta que os trabalhadores portugueses travam pela destruição completa das estruturas da sociedade burguesa e que ainda vivemos, da luta pela tomada do poder.

Os trabalhadores desta estação de rádio souberam pô-la ao serviço da classe operária e do povo trabalhador e os trabalhadores souberam bem o significado de ter uma rádio ao seu serviço, preocupando-se com os seus problemas, transportando as suas lutas para fora das paredes da fábrica, transformando-as em lutas de todos os trabalhadores contra o capital. Também os soldados, explorados como os seus irmãos camponeses e operários souberam o que queria dizer ter uma rádio ao seu serviço. Também eles não estão dispostos a perder esta conquista.

Mas não foram só os explorados que compreenderam a importância da luta da Rádio Renascença. Os senhores ministros também perceberam que se permitisse que a Rádio Renascença continuasse a fazer-se ouvir, teriam de enfrentar a força não só de uma luta ou outra isoladamente, mas de todas as lutas, de todas as vitórias dos trabalhadores ali transmitidas.

Sendo assim, fácil era de prever que a burguesia iria atacar em força. Com as costas quentes pelo Imperialismo, fará tudo o que estiver ao seu alcance para não permitir mais que a Rádio Renascença se faça novamente ouvir. Todos os meios de que dispuser serão poucos para impedir o prosseguimento da luta por uma rádio ao serviço do povo trabalhador. Todos os pretextos serviram para silenciar a Rádio Renascença. Foram ocupadas por forças militares todas as estações emissoras, mandaram-se forças dos Comandos para o emissor da Buraca da R.R. com um aparato bélico que mais parecia que iam para um ataque.

Chegou-se a um impasse: os operários e os camponeses juntamente com os trabalhadores da Renascença não desistiram da luta; o governo também não modificou a sua posição. As provocações continuaram: num belo dia sem se dizer "água vai, nem água vem"; os Comandos abandonaram o emissor, selam-se as portas, expulsam-se os trabalhadores que lá se mantinham nos seus postos de trabalho

permanecendo lá no entanto dois guardas da PSP (as ordens não se sabe donde vieram).

Os trabalhadores, soldados e marinheiros acorreram ao emissor da Buraca, demonstrando a sua determinação de lutarem pela reabertura da Rádio e impedir que nas suas costas ela fosse entregue ao Patriarcado.

Ficou decidido num dos primeiros plenos ali realizados, a convocação de uma manifestação para o fim da tarde de Terça-Feira, dia 21, onde mais uma vez trabalhadores, soldados e marinheiros mostraram que não se deixam



adormecer perante os acontecimentos e onde mais uma vez se fará ouvir que "a Rádio Renascença é do povo, não é do Capital".

MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO RENASCENÇA

TERÇA-FEIRA, DIA 21, efectuou-se a prevista manifestação convocada por órgãos de vontade popular com adesão da FUR, dos SUV e da UDP, de apoio à luta do Renascença.

Muitas dezenas de milhar de pessoas concentraram-se em Sete Rios e fizeram um percurso de cerca de 5 Km até às instalações da Buraca, onde já alguns milhares de trabalhadores os aguardavam. Na altura das intervenções, depois de ter falado um trabalhador da R.R. começou-se a ouvir insistentemente pela parte dos trabalhadores a exigência da imediata ocupação da Rádio.

A partir dessa altura começou-se



a verificar muito mais acentuadamente a tentativa de controle da luta, por parte de forças que apesar de se considerarem anti-reformistas, fizeram objectivamente o jogo do reformismo.

Foi constituída uma comissão composta por operários da Lisnave, Setenave, ENI e um trabalhador da RR que como órgão de vontade popular que efectivamente era, teria por funções

levar a cabo a vontade expressa pelos milhares de trabalhadores e soldados que ali se encontravam. É bem claro que as forças que pretendem não só ali como na sua prática diária manter um controle sobre a luta da classe operária imediatamente sentiriam necessidade de continuar na sua já habitual prática, nem que para isso tivessem que instrumentalizar a própria comissão de luta.

Vejamos, o ridículo que se torna, todas as tentativas que houve de encetar negociações com a burguesia para a desselagem de uma porta, porta essa que representava na prática toda uma luta de há meses que a classe operária trava,

dores e soldados, através de horas de espera, sabendo que estes teriam que ir trabalhar no dia seguinte, ou teriam que se apresentar nas suas unidades.

Mais uma vez isto faz-nos sentir a necessidade duma direcção política que seja realmente vanguarda e que unifique e coordene

as movimentações e lutas dos trabalhadores. A uma direcção política revolucionária é possível a iniciativa e a condução das massas para além daquilo que as trava, ultrapassando assim as correntes, reformistas, tanto PC como maoístas, sempre dispostas a recuar e a ir na rectaguarda.

S. U. V. APOIAM RENASCENÇA

Excertos de um comunicado dos SUV (Soldados Unidos Vencerão) datado de 20-10-75 a propósito do caso Renascença e da manifestação para dia 21—quarta-feira.

RÁDIO RENASCENÇA A FUNCIONAR, JÁ

CAMARADAS:

Quando o VI Governo mandou ocupar as estações emissoras da rádio e televisão, a sua intenção era não só estabelecer uma censura sobre as notícias difundidas nestas estações como ainda pôr a Rádio Renascença ao serviço do Patriarcado e da burguesia reaccionária.

Esta emissora desde há muito vinha dando total apoio à luta dos trabalhadores e soldados e por isso o governo, declarado defensor dos interesses da burguesia, não podia permitir a sua actividade.

Estas foram as primeiras de uma série de medidas que o governo da República... Esta política de amordaçar os meios de informação que mais se têm destacado na defesa das lutas dos trabalhadores e dos soldados. Agora foi a Rádio Renascença, amanhã será a República... Esta política de amordaçar os meios de informação ao serviço das classes trabalhadoras é o começo de uma política de repressão sobre os próprios trabalhadores cujos instrumentos necessários o Governo já está a preparar: O AMI e a Polícia de Choque do senhor Melo Antunes.

(...) Ao longo da ocupação da R.R. os trabalhadores e os soldados responderam a essa ocupação com manifestações de repúdio a essa medida e de apoio incondicional aos trabalhadores da Renascença. Assim, quando se deu a retirada das forças militares que ocupavam o emissor da Buraca, as comissões de trabalhadores e os soldados de várias Unidades acorreram a essas instalações procurando garantir o regresso da R.R. às mãos do povo trabalhador. Num dos plenos realizados nessa altura, milhares de trabalhadores e soldados decidiram permanecer junto ao emissor a fim de impedir qualquer provocação sobre aquelas instalações.

(...) CAMARADAS:

Temos que impedir que o governo e a burguesia isolem os trabalhadores da Renascença, o que só se conseguirá se nós soldados, por intermédio das nossas comissões, ligados aos trabalhadores, por intermédio das suas comissões, participarmos directamente com os trabalhadores daquela rádio no funcionamento daquele emissor. A reabertura da Renascença é pois um problema que diz respeito a todos os trabalhadores (fardados ou não), a todos os oprimidos, a todos os explorados de Portugal!



SOLDADOS fazem a análise da situação militar do norte

No actual contexto político-militar o crescendo das organizações de trabalhadores e de soldados, é de importância fundamental a análise feita por soldados da situação militar, perspectivada no sentido do controle revolucionário em fase de insurreição armada.

É este o conteúdo da entrevista feita a soldados de várias unidades do País.

PERG. — Vamos primeiro discutir a situação militar a nível do país, tomando em consideração os comandos, a organização de soldados, as conquistas adquiridas dentro das Unidades. Que se passa no Norte?

RESP. — Bem, na zona de Viana do Castelo, o destacamento R. 8 de Braga tem um comando completamente reaccionário, mas como houve saneamentos à esquerda, num total de 7, o processo virou-se contra os reaccionários, e hoje em dia o quartel está completamente fora da mão do comando, numa situação concreta de granel, que não vai dar possibilidade de mobilização de soldados para golpes reaccionários.

PERG. — E em termos duma avançada geral no Norte — qual será a posição do quartel?

RESP. — Há possibilidade de tomar conta dele. Ali ao lado há os estaleiros de Viana com cerca de 1.500 trabalhadores, já razoavelmente dinamizados. Dentro do quartel há suficiente levantamento revolucionário para efectivamente num momento difícil haver apoio às forças progressistas.

PERG. — Vocês já têm estudada a possibilidade de neutralização de forças reaccionárias?

RESP. — Sim, está feito um levantamento reaccionário, fundamentalmente de comandos e bufos do comando.

No que diz respeito ao destacamento de Chaves houve uma grande mobilização. Concretamente na recruta passada fez-se um trabalho a nível popular, com formação de Conselhos de Aldeia: chegaram a formar 8 a 10 conselhos de aldeia o que é bom naquela zona com dificuldades concretas de dinamização. Portanto, é uma unidade segura.

PERG. — E Bragança?

RESP. — A nível de Bragança há também um trabalho interessante de dinamização de soldados. Eles conseguiram através de reivindicações chegar a determinados pontos de poder dentro do quartel. Aqui também o comando, e outros que lhe seguem as passadas, são totalmente reaccionários mas numa situação de granel há possibilidade de controle da unidade através dos soldados.

Em Vila Real é diferente; há menos dinamização interna, mas nós vemos possibilidades futuras de desenvolver trabalho dentro do quartel.

Braga é um quartel altamente reaccionário...

PERG. — Houve intervenção desse quartel nos ataques reaccionários a sedes de partidos.

RESP. — Exactamente. Bom, há aqui um problema concreto, é que no Norte os quartéis têm muito pouca operacionalidade. Nos ataques às sedes de partidos via-se por um lado que a posição dos reaccionários não lhes interessava muito e por outro lado via-se a dificuldade prática que eles tinham de intervenção.

PERG. — Pela recusa dos próprios soldados?

RESP. — Pois os soldados não entram facilmente em qualquer processo de pegar em armas contra o povo ou contra o que seja. Esta dificuldade dá tanto contra a direita como contra a esquerda, como aliás já se demonstrou nos ataques às sedes do CDS em que os soldados também recusaram intervir. Eles têm dificuldade em se tornar operacionais mesmo em comandos reaccionários.

PERG. — E o caso de Famalicão?

RESP. — Braga tem uma grande influência nos ataques de Famalicão, que são os mais graves ali no Norte. Efectivamente ali as organizações fascistas, ELP e MDLP estão muito organizadas com os caciques locais. Há também um caso grave, que é o de Ponte de Lima. Ali é um meio de criadores de gado, caciques locais, de aldeia, que têm uma certa influência naquela gente local, pois são eles que lhes dão trabalho, que lhes compram as máquinas, são eles que a dominam economicamente. Naquele dia dos ataques houve rapidamente uma grande mobilização de pessoas, e houve dois militantes da FUR que foram espancados de tal maneira, que um ficou em estado de coma e entrou no Hospital do Porto. O processo foi-se desenvolvendo e começaram a avançar até à sede doutro partido. Ai chegou um pequeno destacamento com um aspirante reaccionário, que estava acima de tudo assustado, isto à parte de ser reaccionário, e depois houve uma situação grave em que um militante foi morto: dentro da sede do partido organizaram-se em auto-defesa com caçadeiras. Então houve lá um "chumbito" que deu num soldado e ele numa reacção

espontânea pegou na G-3 e fez fogo lá para cima.

PERG. — E a respeito da neutralização da zona de fronteiras, isto é, no dia x há o controle e de que maneira?

RESP. — A nível de fronteiras há dois tipos, o normal e o anormal, ou seja em situações de granel. Neste último caso tem-se demonstrado mobilização de forças de esquerda. Em situação normal as fronteiras estão na mão dos reaccionários; não houve saneamentos e até à pouco tempo passavam o que queriam porque a fiscalização era mínima; agora têm mais dificuldade por causa da troca do escudo. Viu-se até que as denúncias e informações dadas por movimentos de esquerda organizados em Espanha não serviram para nada, porque quando chegavam aos canais normais eram completamente cilindradas.

Mas houve mobilizações de esquerda em que os civis pegaram em armas, no 11 de Março e na fuga dos pides.

PERG. — Dá-me a impressão que se acusam as populações do Norte de serem reaccionárias, mas no entanto há uma contra-resposta aos ataques fascistas.

RESP. — Pois esse é um falso problema que se tem tentado criar dividindo o país em duas partes — o Norte é reaccionário e o Sul é revolucionário, ou tem possibilidades de o ser. E isto tem sido feito até por partidos de esquerda.

PERG. — O que é falso.

RESP. — Sim, porque o que não há é uma dinamização suficiente a nível do Norte. Não há contactos permanentes entre os quartéis e as populações.

PERG. — Mas dá-me a ideia que essas populações respondem automaticamente a uma provocação fascista.

RESP. — Há uma tendência a respostas em situações concretas. Efectivamente é na luta concreta que as massas, o campesinato e o proletariado, demonstram a sua situação de classe e a sua consciência política. O que acontece no Norte é que está muito sobrecarregado de estruturas e de pessoas fascistas.

PERG. — E o que é que se passa noutras unidades, nomeadamente as da cidade do Porto?

RESP. — Para tentar compreender a situação actual é fundamental saber quais são os desequilíbrios que existem de região para região.

Verifica-se no caso do CICA e do RASP um movimento interno que tem permitido a luta dos soldados avançar, a sua organização e a sua união com os trabalhadores, como os últimos acontecimentos podem demonstrar.

Por outro lado é curioso que existe um destacamento nos arredores do Porto que não vem mencionado nas listas oficiais e que se chama BAF, onde foi possível manter tropa operacional, perfeitamente isolada das outras unidades, com uma preparação militar e uma preparação psicológica muito intensa permitindo o controle dos soldados pelos oficiais. Efectivamente aqueles soldados obedecem a qualquer tipo de ordem. Há aqui uma crítica importante a fazer quanto à actualização do brigadeiro Corvacho que permitiu que aquela unidade se mantivesse com estas características. O que é certo é que a ele também convinha uma unidade que obedecesse a ordens sem discutir.

CICAP-RASP

“A experiência do que será o exército popular revolucionário”

A luta dos soldados do CICAP e RASP, continua, tanto na organização da classe explorada, como na solidificação da aliança de soldados com trabalhadores.

Esta luta teve uma grande maioria de factores positivos, e alguns que não se podem chamar de nel) gati-vos, mas talvez de menos correctos o que se deve essencialmente à falta de experiência em lutas deste tipo já que esta foi a primeira luta de quartel, que conseguiu tomar um aspecto global de luta de explorados (trabalhadores e solda-dos) contra o capital explorador.

Os aspectos positivos e até vi-toriosos que esta luta teve, nunca é demais dizê-los: a solidariedade que houve por parte dos trabalha-dores de todo o país, e principal-mente dos trabalhadores dos arde-dores do Porto, que se mostraram firmes no seu apoio à luta dos soldados, apoio esse, que foi desde a sua participação activa na luta, até às noites seguidas que pas-saram junto às paredes do RASP; houve até uma comissão de mora-dores que se ofereceu para lavar a roupa dos soldados, para evitar que estes saíssem dos seus postos de luta. Este foi um dos muitos actos de solidariedade que os soldados do CICAP-RASP tiveram. Há muitos outros factores positivos e vitoriosos desta luta: temos por exemplo o facto de a força popular ter efectivamente pressionado o general Fabião a pronunciar-se so-bre a luta, a ir ao Porto, e a tomar uma posição que contrariava obviamente a posição até ali as-sumida pelo brigadeiro Pires Veloso, tendo-se pronunciado a fa-vor da continuação da Unidade (apesar de ser noutro sítio). Houve também todo o tipo de adesões a nível militar, e, o que será mais importante, e que muitos soldados terão despertado para a necessida-de de derrubar as estruturas mili-taristas do exército burguês, e terão começado a pensar seriamente na necessidade da existência de um exército re-volucionário.

Houve no entanto, certas falhas, que, como já dissemos, terão sido resultado da in experiência tanto do Comitê de luta, eleito pelos solda-dos presentes quando da ocupação do RASP, como de todos os solda-dos presentes, assim como dos órgãos de vontade popular. Houve sem dúvida a falta de uma direcção política devidamente preparada para travar uma luta daquela im-portância e avançar com propostas concretas durante todo o processo de luta. De qualquer maneira uma coisa é certa: a experiência da luta destes camaradas já será todo um sem número de indicações para as próximas lutas, e concerteza, que



os erros ou falhas não se repetirão.

Mas as falhas que se verificaram não foram só da parte dos soldados e tralhadores presentes no RASP; houve também certa falta de apoio a nível de presenças das Unidades de outras zonas, principalmente daquelas que mais se têm destaca-do no processo revolucionário.

A CHEGADA DO GEN. FABIÃO AO PORTO

Fabião chega ao Porto e apresenta uma proposta aos solda-dos ocupantes do RASP, que se pode traduzir em:

1. Manter o CICAP, só que esta passaria a funcionar noutra locali-dade ainda a destinar.
2. Serem abertas as instalações do CICAP para uma nova Unidade operacional (até por questões sentimentais, ele estava bastante operacional onde passaria a

A luta do RASP pelas suas características **pré-insurrecionais** só poderia ser vitoriosa se inserida numa estratégia global de avanço dos trabalhadores para a conquista do poder. Esta estratégia falhou concretamente na fragilidade do apoio que outras unidades e regiões do país deram à luta.

funcionar uma Unidade da sua confiança.

3. Não seriam exercidas quaisquer tipo de represálias sobre os soldados que se mantiveram activos durante a luta e que faltaram nas suas Unidades para estarem no RASP.
4. É feito um plenário, onde é discutida a proposta de Fabião, e apesar de terem havido umas quantas intervenções durante esse

plenário onde era posta claramente a interrogação sobre se aquilo seria efectivamente uma vitória como já se gritava, a proposta foi aprovada por larga maioria.

Esta proposta, não há dúvida que denota certas vitórias para os tra-balhadores ocupantes do RASP, e vitórias essas extremamente im-portantes, mas, se não completa na luta, também não podemos dizer nem que tenha sido uma derrota completa nem uma vitória total.

Pode-se sim, dizer, que esta luta foi uma das mais importantes, senão mesmo a mais importante das travadas no norte do país pela organização autónoma da classe operária e para a aproximação cada vez maior entre povo fardado e po-vo não fardado o que já é um grande passo em frente para a existência do futuro exército re-volucionário.

Como prova da organização autónoma da classe (apesar de ter havido inúmeras tentativas de ata-que por parte de forças de forças contra-revolucionárias como também, e não como podia deixar de ser tentativas de controlo por forças reformistas que começaram a ver as suas posições habituais a fugir-lhes) mas a prova da organização autónoma da classe foi entre mais aspectos, a eleição das várias comissões (de luta, mili-tar, imprensa, propaganda e agita-ção, interna e de fundos e toda a sua actuação durante a luta, e apesar de haver inevitavelmen-te diferentes ideologias ali representadas, nunca houve qualquer tipo de agressão ideológica ou palavras mais ásperas entre uns e outros, e muito menos, qualquer entrave na luta motivado por diferenças de ideologias.

Por o considerarmos bastante importante e porque mostra bem que os soldados do CICAP não estão dispostos a deixarem levar-se por manobras da burguesia, passamos o texto do sseu último comunicado, datado de 12 de Outubro.

“A burguesia e os seus agentes nos quartéis perceberam a impor-tância política da nossa luta.

Eles sabem que o encerramento do CICAP é uma peça importante na restauração do controlo militar da Região Militar Norte pelos oficiais reaccionários. Eles sabem que sem assegurar o controlo das Forças Armadas atrás da disciplina militarista e do ataque às conquistas dos soldados não podem avançar decididamente na destruição da organização popular.

Eles sabem que sem ser destitui-do todo o poder aos oficiais reaccionários dentro dos quartéis a

Continua na pág. 10

SUV: ISOLEMOS AS MANOBRAS DIVISIONISTAS

1 — Realizou-se hoje, dia 22 de Outubro, uma conferência de Im-prensa do ex-grupo de indivíduos que a si próprios se intitulam “núcleos “SUV” e “pró-SUV” de algumas unidades de Região Militar de Lisboa. Nessa conferência, esse grupo - em nome desses pretensos núcleos SUV e pró-SUV — vinha a público criticar o Secretariado Regional de Lisboa do SUV pelo facto de não apoiar a manifestação marcada para amanhã, dia 23 de Outubro, em Lisboa e apoiada pelo PCP e por Comissões de Tra-balhadores e de Moradores.

2 — Tem o Secretariado Re-gional de Lisboa dos SUV a es-clarecer desde já que, nessa conferência de imprensa, não este-ve representada qualquer célula ou núcleo dos SUV de qualquer das unidades da Região Militar de Lisboa; do mesmo modo, o Se-cretariado Regional de Lisboa declara desde já que desconhece por completo a existência de qualquer estrutura intitulada nú-cleo pró-SUV, que outra coisa não poderá ser senão uma tentativa de estruturação paralela e à margem das verdadeiras células e núcleos SUV já existentes na Região Militar de Lisboa. Tal conferência de

imprensa é, pois, obra de in-divíduos totalmente alheios à organização dos SUV.

3 — Entende, contudo, o Se-cretariado Regional de Lisboa do SUV que este incidente (que re-presents uma manobra de in-tenções divisionistas particu-larmente claras) não pode passar sem uma observação mais exaustiva sobre o fundo político subjacente a esta manobra. Assim:

a) A manifestação convocada para 22 de Outubro, apesar de apoiada por várias comissões de trabalhadores e de moradores, não pode ser considerada uma ma-nifestação unitária, apartidária e representando uma ofensiva au-tónoma dos trabalhadores para o avanço da Revolução — condição indispensável para que o SUV lhe desse o seu apoio. De facto, nessa manifestação, a par de palavras de ordem justas e que de resto foram avançadas pelo SUV — tais como “Reaccionários fora dos quartéis já”, “Soldados sempre sempre ao lado do povo”, etc. — vai obede-cer a outras, tal como “Re-volucionários para o Conselho da Revolução” que não só contrariam a Plataforma dos SUV como são um factor de desarmamento, de

desvio e de divisão do movimento popular de massas.

E isto porque? Porque o cha-mado Conselho da Revolução, tal como o MFA no seu conjunto, já demonstrou ao longo de vários meses, que, não só não pode ser uma barreira contra o avanço da reacção e do fascismo, mas tam-bém que precisamente constitui hoje um instrumento ao serviço da reacção, como é provado pela “lei da mordalha”, pela ocupação e silenciamento da Rádio Renas-cença, pela criação do AMI, etc, etc. Neste sentido, a tarefa do movimento popular de massas não é operar uma “viragem à esquer-da” do MFA e do Conselho da Revolução, para de novo se colocar — tal como aconteceu até à queda do VI Governo — debaixo do controlo do MFA e do C.R. A tarefa do movimento popular de massas é antes a de avançar de-cididamente no caminho da Re-volução Socialista, isto é, na criação de condições que permitam a destruição da exploração e do Estado capitalistas, e a instauração do poder revolucionário das mas-sas trabalhadoras para construir o Socialismo. Ora, essa via re-volucionária é aquela que passa pelo desenvolvimento e coor-denação dos órgãos do Poder Popular (Comissões de Tra-balhadores, Comissões de Mo-

radadores, Conselhos de Aldeia, Comissões de Soldados), pela generalização do controlo dos trabalhadores sobre a produção e toda a vida social, e ainda pelo armamento das massas populares, através da formação de milícias armadas controladas pelos órgãos do Poder Popular. Só assim se criam as condições para o derrube do Estado burguês e a construção do Socialismo. E neste processo, o único Conselho da Revolução só poderá ser aquele que resultar da coordenação e centralização dos órgãos do Poder Popular (Comis-sões de Trabalhadores, de Moradores, de Soldados e os Conselhos de Aldeia) para as tarefas revolucionárias da tomada do poder pelos trabalhadores.

É por tudo isso que o SUV não deu o seu apoio à manifestação de 23 de Outubro, a qual, pelas palavras de ordem referidas, não pode contribuir para o avanço da Revolução dos explorados e oprimidos, mas apenas para o reforço, nas estruturas burguesas do aparelho de estado e do MFA, das posições das forças políticas reformistas que não só praticam permanentemente a colaboração de classes, com a burguesia civil e fardada, mas que também se têm mostrado, nas alturas decisivas, contrárias ao avanço do processo

da Revolução Socialista.

Contudo os elementos reformis-tas no seio do exército não só não podiam ficar indiferentes ao suce-ssos e ao prestígio crescente das acções do SUV no seio das massas de soldados, mas também pro-curavam apropriar-se deste prestígio para o colocar ao serviço das suas manobras partidárias. É assim que, após terem denunciado os SUV’s como organização fanta-sma, esquerdista e divisionista, passaram a “apoiá-los”, tentando desviar a sua linha política para objectivos de conciliação e cola-boração com a burguesia civil e militar. E, neste sentido, era para eles importante obter a adesão do SUV à manifestação de 23 de Outubro em Lisboa. É assim que, após terem enviado um grupo de indivíduos totalmente alheios à organização dos SUV em Lisboa, contactar em vão o Secretariado para apoiar a manifestação, resol-veram o problema da forma mais simples: intitularam-se a eles próprios “núcleos SUV ou pró-SUV” de algumas unidades im-portantes e apresentaram-se como as bases do SUV criticando o Secretariado Regional e dando apoio à manifestação.

c) Nesta manobra, em que os seus actores nada mais represen-tam do que eles próprios, constac-tamos até que ponto pode ir o

oportunismo de alguns sectores apostados em dividir e destruir o movimento autónomo dos solda-dos. Nesta manobra à escala dos quartéis podemos antever, par-além disso, o que sucederá aos órgãos de Poder Popular se não souberem combater energicamen-te no seu seio as manobras oportunistas e liquidadoras de tais sectores.

4 — O Secretariado Regional do SUV de Lisboa apela por isso a todos os camaradas militares para, que combatam estas manobras divisionistas através do reforço da sua unidade e da sua independên-cia total face ao MFA e à hierarquia militar. Estamos certos que em plenários de cada unidade todos os camaradas saberão desmascarar estas manobras, isolando os seus autores e avançando no único caminho que pode levar ao avanço do movimento revolucionário dos soldados: a eleição de Comissões de Soldados eleitas e revogáveis e a ligação dessas às Comissões de Trabalhadores, de Moradores e aos Conselhos de Aldeia, pela cons-tituição de assembleias populares democráticas e representativas dos interesses e das lutas das massas trabalhadoras. SUV

22 — 10 — 75

A LUTA DOS SOLDADOS DO R. I. DE ABRANTES

Mais uma luta de soldados, vem na sequência de toda a organização que começa agora a despontar a nível de quartéis, e que mostra bem a posição dos explorados, de não mais permitirem a continuação das estruturas a que os senhores oficiais estavam habituados, e em que os soldados eram sempre e inevitavelmente postos em segundo, (senão em terceiro ou quarto) plano.

A luta dos soldados do R.I. de Abrantes começou, quando estes tomaram consciência do grau de exploração a que estavam submetidos e viram realmente como é que os seus órgãos de vontade (ADU, plenários) estavam positivamente não só a serem adulterados, como inclusivamente a serem usados contra eles próprios. A partir daí, os soldados começaram efectivamente a organizar-se e a tentar que a sua vontade fosse cumprida na Unidade. Para isso elaboraram um “Programa de Praças”, e fizeram plenários de consciencialização dos mesmos esclarecidos, e de maneira a ganharem força suficiente para poderem expulsar todos os oportunistas do seu seio.

Sendo assim, começaram por fazer plenários sem a habitual autori-zação prévia do comando e tra-varam toda uma luta para conse-guirem a satisfação do seu programa.

Esse programa constava das seguintes exigências:

1. Alargamento do Fim-de-semana, já que quase 80% dos recrutados são do Norte e com o Fim-de-semana que tinham até ali, não tinham tempo sequer de ir a casa.
2. Que os soldados pudessem entrar na Unidade “à civil” exactamente como todos os oficia-ais o fazem.
3. Que os bares e refeitórios fos-sem conjuntos ou seja que deixasse de haver Bares e Refeitórios separados, segundo o critério das graduações.
4. Condições de higiene na “casa do piquete” e na “casa da guarda” de maneira a permitir condições humanas coisa que até agora não se tinha verificado.
5. Conseguir estar a par de todas as lutas dos trabalhadores da região e do país, através de poderes para isso concedidos à Comissão de Dinamização Interna. Conseguir também a certeza de que seriam prestadas informações esclarecedoras aos soldados, em caso de saídas para intervenção, ou de estado de prevenção na Unidade.
6. Direito de reunião de todos os soldados sem a presença inevitável dos oficiais como antes se verifica-

va. Os soldados desta Uni-dade conseguiram uma vitória de enorme importância através da sua luta, sem retrocederem perante os entraves, estamos certos se lhes depararam, conseguiram a satisfa-ção total das reivindicações conti-das no seu Programa.

Mais recentemente registou-se a visita do general Fabião à Unidade, onde a capacidade de organização dos soldados o levou a discutir e em muitos casos a aceitar a opinião destes.

Como actividades importantes destes camaradas relativamente à sua ligação com as lutas no exterior da Unidade (coisa porque eles sempre se têm batido), há a registar o envio de uma delegação ao RASP, no Porto, onde estiveram a dar apoio aos seus companheiros em luta, e o envio de uma outra delegação ao plenário inter-comissões de soldados na EPSM, onde, entre outras coisas, foi elab-orada uma moção de apoio ao Renascimento. Neste como em muitos outros quartéis, os soldados organizam-se contra os oficiais reaccionários, contra o capital, contra a exploração. Estes solda-dos, como todos os outros, dizem cada vez mais alto “REAC-CIONÁRIOS FORA DOS QUARTÉIS JÁ”, constatando que também não basta dizê-lo mas FA-ZE-LO



MANIFESTAÇÃO DOS SUV EM ÉVORA

Dezenas e dezenas de milhar de pessoas estiveram presentes na manifestação ocorrida em Évora no passado dia 15 e que fora convoca-da pelos SUV.

A manifestação, que decorreu sem incidentes teve como primeira nota o contraste entre a sua grandeza numérica e a falta de perspectivas e objectivos precisos que lhe emprestasse o calor de uma verdadeira jornada de luta e mobili-zação.

Tal falta de perspectivas deve-se sem dúvida alguma a uma certa interpretação do actual momento político e das forças em jogo, inter-pretação essa que é alimentada por organizações políticas e que, como referiu Vasco Gonçalves “é bastan-te difícil” já que não se demarca da social-democracia. Efectivamente, toda a questão reside em saber onde está o inimigo principal, onde está o perigo: na social-democracia? No fascismo ou nas duas?

Para os reformistas o perigo é o fascismo. Temos para nós, no que coincidimos com Vasco Gonçalves que o inimigo principal é a conjuga-ção da social-democracia com o fascismo, porque um golpe fascista não é possível sem uma base social de apoio. Ora o ponto é que quem mobiliza milhares de pessoas quem faz manifestações que dão coberta e abrem campo de manobras aos ELP’s, não é o fascismo, é a social-democracia.

Continuação da pág. 10

CICAP-RASP

"A experiência do que será o exército popular revolucionário"

A luta dos soldados do CICAP e RASP, continua, tanto na organização da classe explorada, como na solidificação da aliança de soldados com trabalhadores.

Esta luta teve uma grande maioria de factores positivos, e alguns que não se podem chamar de ne) gativos, mas talvez de menos correctos o que se deve essencialmente à falta de experiência em lutas deste tipo já que esta foi a primeira luta de quartel, que conseguiu tomar um aspecto global de luta de explorados (trabalhadores e soldados) contra o capital explorador.

Os aspectos positivos e até vitoriosos que esta luta teve, nunca é demais dizê-los: a solidariedade que houve por parte dos trabalhadores de todo o país, e principalmente dos trabalhadores dos arredores do Porto, que se mostraram firmes no seu apoio à luta dos soldados, apoio esse, que foi desde a sua participação activa na luta, até às noites seguidas que passaram junto às paredes do RASP; houve até uma comissão de moradores que se ofereceu para lavar a roupa dos soldados, para evitar que estes saíssem dos seus postos de luta. Este foi um dos muitos actos de solidariedade que os soldados do CICAP-RASP tiveram. Há muitos outros factores positivos e vitoriosos desta luta: temos por exemplo o facto de a força popular ter efectivamente pressionado o general Fábão a pronunciar-se sobre a luta, a ir ao Porto, e a tomar uma posição que contrariava obviamente a posição até ali assumida pelo brigadeiro Pires Veloso, tendo-se pronunciado a favor da continuação da Unidade (apesar de ser noutra sítio). Houve também todo o tipo de adesões a nível militar, e, o que será mais importante, e que muitos soldados terão despertado para a necessidade de derrubar as estruturas militaristas do exército burguês, e serão começado a pensar seriamente na necessidade da existência de um exército revolucionário.

Houve no entanto, certas falhas, que, como já dissemos, terão sido resultado da in experiência tanto do Comité de luta, eleito pelos soldados presentes quando da ocupação do RASP, como de todos os soldados presentes, assim como dos órgãos de vontade popular. Houve sem dúvida a falta de uma direcção política devidamente preparada para travar uma luta daquela importância e avançar com propostas concretas durante todo o processo de luta. De qualquer maneira uma coisa é certa: a experiência da luta destes camaradas já será todo um sem número de indicações para as próximas lutas, e concerteza, que



os erros ou falhas não se repetirão.

Mas as falhas que se verificaram não foram só da parte dos soldados e trabalhadores presentes no RASP; houve também certa falta de apoio a nível de presenças das Unidades de outras zonas, principalmente daquelas que mais se têm destacado no processo revolucionário.

A CHEGADA DO GEN. FABIÃO AO PORTO

Fábão chega ao Porto e apresenta uma proposta aos soldados ocupantes do RASP, que se pode traduzir em:

1. Manter o CICAP, só que esta passaria a funcionar noutra localidade ainda a destinar.

2. Serem abertas as instalações do CICAP para uma nova Unidade operacional (até por questões sentimentais, ele estava bastante operacional onde passaria a

A luta do RASP pelas suas características pré-insurreccionais só poderia ser vitoriosa se inserida numa estratégia global de avanço dos trabalhadores para a conquista do poder. Esta estratégia falhou concretamente na fragilidade do apoio que outras unidades e regiões do país deram à luta.

funcionar uma Unidade da sua confiança.

3. Não seriam exercidas quaisquer tipo de represálias sobre os soldados que se mantiveram activos durante a luta e que faltaram nas suas Unidades para estarem no RASP.

É feito um plenário, onde é discutida a proposta de Fábão, e apesar de terem havido umas quantas intervenções durante esse

plenário onde era posta claramente a interrogação sobre se aquilo seria efectivamente uma vitória como já se gritava, a proposta foi aprovada por larga maioria.

Esta proposta, não há dúvida que denota certas vitórias para os trabalhadores ocupantes do RASP, e vitórias essas extremamente importantes, mas, se não completa na luta, também não podemos dizer nem que tenha sido uma derrota completa nem uma vitória total.

Pode-se sim, dizer, que esta luta foi uma das mais importantes, senão mesmo a mais importante das travadas no norte do país pela organização autónoma da classe operária e para a aproximação cada vez maior entre povo fardado e povo não fardado o que já é um grande passo em frente para a existência do futuro exército revolucionário.

Como prova da organização autónoma da classe (apesar de ter havido inúmeras tentativas de ataque por parte de forças de forças contra-revolucionárias como também, e não como podia deixar de ser tentativas de controlo por forças reformistas que começaram a ver as suas posições habituais a fugir-lhes) mas a prova da organização autónoma da classe foi entre mais aspectos, a eleição das várias comissões (de luta, militar, imprensa, propaganda e agitação, interna e de fundos e toda a sua actuação durante a luta, que apesar de haver inevitavelmente diferentes ideologias ali representadas, nunca houve qualquer tipo de agressão ideológica ou palavras mais ásperas entre uns e outros, e muito menos, qualquer entrave na luta motivado por diferenças de ideologias.

Por o considerarmos bastante importante e porque mostra bem que os soldados do CICAP não estão dispostos a deixarem levar-se por manobras da burguesia, passamos exortos do seu último comunicado, datado de 12 de Outubro.

"A burguesia e os seus agentes nos quartéis perceberam a importância política da nossa luta.

Eles sabem que o encerramento do CICAP é uma peça importante na restauração do controlo militar da Região Militar Norte pelos oficiais reacçãoários. Eles sabem que sem assegurar o controlo das Forças Armadas atrás da disciplina militarista e do ataque às conquistas dos soldados não podem avançar decididamente na destruição da organização popular.

Eles sabem que sem ser destituído todo o poder aos oficiais reacçãoários dentro dos quartéis a

Continua na pág. 10

SUL

1 — Realizou-se hoje, dia 30 de Outubro, uma conferência de imprensa do ex-grupo de ind. que a si próprios se intitulam núcleos "SUV" e "pró-SUV" algumas unidades de Região de Lisboa. Nessa conferência grupo - em nome desses núcleos SUV e pró-SUV — público criticar o Secretariado Regional de Lisboa do SU facto de não apoiar a manifestação marcada para amanhã, dia 31 de Outubro, em Lisboa e apoiar o PCP e por Comissões de trabalhadores e de Moradores.

2 — Tem o Secretariado Regional de Lisboa dos SUV clarecer desde já que, conferência de imprensa, não teve representada qualquer ou núcleo dos SUV de que das unidades da Região Militar Lisboa; do mesmo modo, Secretariado Regional de Lisboa declara desde já que desconfia por completo a existência de qualquer estrutura intitulada como pró-SUV, que outra coisa poderá ser senão uma tentativa de estruturação paralela e à n. das verdadeiras células e núcleos SUV já existentes na Região de Lisboa. Tal conferência

A LUTA DOS

Mais uma luta de soldados, v. na sequência de toda a organização que começa agora a desmontar nível de quartéis, e que mostra bem a posição dos explorados, de n. mais permitirem a continuação de estruturas a que os senhores oficiais estavam habituados, e que os soldados eram sempre inevitavelmente postos em segundo, (senão em terceiro ou quarto) plano.

A luta dos soldados do R.I. Abrantes começou, quando eles tomaram consciência do grau de exploração a que estavam submetidos e viram realmente como é que os seus órgãos de vontade (AD (plenários) estavam positivamente não só a serem adulterados, cor inclusive a serem usados contra eles próprios. A partir daí, soldados começaram efectivamente a organizar-se e a tentar que sua vontade fosse cumprida na Unidade. Para isso elaboraram o "Programa de Praças", e fizeram plenários de consciencialização de menos esclarecidos, e de maneira, ganharem força suficiente para poderem expulsar todos os oportunistas do seu seio.

Sendo assim, começaram por fazer plenários sem a habitual autorização prévia do comando e tiveram toda uma luta para conseguirem a satisfação do seu programa.

erá "Reacionário"



plenário onde era posta claramente a interrogação sobre se aquilo seria efectivamente uma vitória como já se gritava, a proposta foi aprovada por larga maioria.

Esta proposta, não há dúvida que denota certas vitórias para os trabalhadores ocupantes do RASP, e vitórias essas extremamente importantes, mas, se não completa na luta, também não podemos dizer nem que tenha sido uma derrota completa nem uma vitória total.

Pode-se sim, dizer, que esta luta foi uma das mais importantes, senão mesmo a mais importante das travadas no norte do país pela organização autónoma da classe operária e para a aproximação cada vez maior entre povo fardado e povo não fardado o que já é um grande passo em frente para a existência do futuro exército revolucionário.

Como prova da organização autónoma da classe (apesar de ter havido inúmeras tentativas de ataque por parte de forças de forças contra-revolucionárias como também, e não como podia deixar de ser tentativas de controlo por forças reformistas, que começaram a ver as suas posições habituais a fugir-lhes) mas a prova da organização autónoma da classe foi entre mais aspectos, a eleição das várias comissões (de luta, militar, imprensa, propaganda e agitação, interna e de fundos e toda a sua actuação durante a luta, que apesar de haver inevitavelmente diferentes ideologias ali representadas, nunca houve qualquer tipo de agressão ideológica ou palavras mais ásperas entre uns e outros, e muito menos, qualquer entrave na luta motivado por diferenças de ideologias.

Por o considerarmos bastante importante e porque mostra bem que os soldados do CICAP não estão dispostos a deixarem levar-se por manobras da burguesia, passamos excertos do seu último comunicado, datado de 12 de Outubro.

"A burguesia e os seus agentes nos quartéis perceberam a importância política da nossa luta.

Eles sabem que o encerramento do CICAP é uma peça importante na restauração do controlo militar da Região Militar Norte pelos oficiais reacionários. Eles sabem que sem assegurar o controlo das Forças Armadas atrás da disciplina militarista e do ataque às conquistas dos soldados não podem avançar decididamente na destruição da organização popular.

Eles sabem que sem ser destituído do todo o poder aos oficiais reacionários dentro dos quartéis a

SUV: ISOLEMOS AS MANOBRAS

1 — Realizou-se hoje, dia 22 de Outubro, uma conferência de imprensa do ex-grupo de indivíduos que a si próprios se intitulam "núcleos "SUV" e "pró-SUV" de algumas unidades de Região Militar de Lisboa. Nessa conferência, esse grupo - em nome desses pretenso núcleos SUV e pró-SUV - vinha a público criticar o Secretariado Regional de Lisboa do SUV pelo facto de não apoiar a manifestação marcada para amanhã, dia 23 de Outubro, em Lisboa e apoiada pelo PCP e por Comissões de Trabalhadores e de Moradores.

2 — Tem o Secretariado Regional de Lisboa dos SUV a esclarecer desde já que, nessa conferência de imprensa, não esteve representada qualquer célula ou núcleo dos SUV de qualquer das unidades da Região Militar de Lisboa; do mesmo modo, o Secretariado Regional de Lisboa declara desde já que desconhece por completo a existência de qualquer estrutura intitulada núcleo pró-SUV, que outra coisa não poderá ser senão uma tentativa de estruturação paralela e à margem das verdadeiras células e núcleos SUV já existentes na Região Militar de Lisboa. Tal conferência de

imprensa é, pois, obra de indivíduos totalmente alheios à organização dos SUV.

3 — Entende, contudo, o Secretariado Regional de Lisboa do SUV que este incidente (que representa uma manobra de intenções divisionistas particularmente claras) não pode passar sem uma observação mais exaustiva sobre o fundo político subjacente a esta manobra. Assim:

a) A manifestação convocada para 22 de Outubro, apesar de apoiada por várias comissões de trabalhadores e de moradores, não pode ser considerada uma manifestação unitária, apartidária e representando uma ofensiva autónoma dos trabalhadores para o avanço da Revolução - condição indispensável para que o SUV lhe desse o seu apoio. De facto, nessa manifestação, a par de palavras de ordem justas e que de resto foram avançadas pelo SUV - tais como "Reacionários fora dos quartéis já", "Soldados sempre sempre ao lado do povo", etc. - vai obedecer a outras, tal como "Revolucionários para o Conselho da Revolução" que não só contrariam a Plataforma dos SUV como são um factor de desarmamento, de

desvio e de divisão do movimento popular de massas.

E isto porquê? Porque o chamado Conselho da Revolução, tal como o MFA no seu conjunto, já demonstrou ao longo de vários meses, que, não só não pode ser uma barreira contra o avanço da reacção e do fascismo, mas também que precisamente constitui hoje um instrumento ao serviço da reacção, como é provado pela "lei da mordaca", pela ocupação e silenciamento da Rádio Renascença, pela criação do AMI, etc, etc. Neste sentido, a tarefa do movimento popular de massas não é operar uma "viragem à esquerda" do MFA e do Conselho da Revolução, para de novo se colocar - tal como aconteceu até à queda do VI Governo - debaixo do controlo do MFA e do C.R. A tarefa do movimento popular de massas é antes a de avançar decididamente no caminho da Revolução Socialista, isto é, na criação de condições que permitam a destruição da exploração e do Estado capitalistas, e a instauração do poder revolucionário das massas trabalhadoras para construir o Socialismo. Ora, essa via revolucionária é aquela que passa pelo desenvolvimento e coordenação dos órgãos do Poder Popular (Comissões de Trabalhadores, Comissões de Mo-

radadores, Co Comissões de generalizações trabalhadores toda a vida armamento através da armadas com do Poder P criário as cor do Estado bu do Socialism único Consel poderá ser a coordenação órgãos do Pr sões de 1 Moradores, Conselhos d tarefas revol do poder pelo

É por tudo deu o seu apr 23 de Outu palavras de i pode contribi Revolução oprimidos, n reforço, nas do aparelho c das posições reformistas q permanentem de classes, c fardada, ma mostrado, na contrárias ao

A LUTA DOS SOLDADOS DO R. I. DE ABRANTES

Mais uma luta de soldados, vem na sequência de toda a organização que começa agora a despontar a nível de quartéis, e que mostra bem a posição dos explorados, de não mais permitirem a continuação das estruturas a que os senhores oficiais estavam habituados, e em que os soldados eram sempre e inevitavelmente postos em segundo, (senão em terceiro ou quarto) plano.

A luta dos soldados do R. I. de Abrantes começou, quando estes tomaram consciência do grau de exploração a que estavam submetidos e viram realmente como é que os seus órgãos de vontade (ADU, plenários) estavam positivamente não só a serem adulterados, como inclusivamente a serem usados contra eles próprios. A partir daí, os soldados começaram efectivamente a organizar-se e a tentar que a sua vontade fosse cumprida na Unidade. Para isso elaboraram um "Programa de Praças", e fizeram plenários de consciencialização dos menos esclarecidos, e de maneira a ganharem força suficiente para poderem expulsar todos os oportunistas do seu seio.

Sendo assim, começaram por fazer plenários sem a habitual autorização prévia do comando e travaram toda uma luta para conseguirem a satisfação do seu programa.

Esse programa constava das seguintes exigências:

1. Alargamento do Fim-de-semana, já que quase 90% dos recrutas são do Norte e com o Fim-de-semana que tinham ali, não tinham tempo sequer de ir a casa.
2. Que os soldados pudessem entrar na Unidade "à civil" exactamente como todos os oficiais o fazem.
3. Que os bares e refeitórios fossem conjuntos ou seja que deixasse de haver Bares e Refeitórios separados, segundo o critério das graduações.
4. Condições de higiene na "casa do piquete" e na "casa da guarda" de maneira a permitir condições humanas coisa que até agora não se tinha verificado.
5. Conseguir estar a par de todas as lutas dos trabalhadores da região e do país, através de poderes para isso concedidos à Comissão de Dinamização Interna. Conseguir também a certeza de que seriam prestadas informações esclarecedoras aos soldados, em caso de saídas para intervenção, ou de estado de prevenção na Unidade.
6. Direito de reunião de todos os soldados sem a presença inevitável dos oficiais como antes se verifica-

va. Os soldados desta Unidade conseguiram uma vitória de enorme importância através da sua luta, sem retrocederem perante os entraves, estamos certos se lhes repararam, conseguiram a satisfação total das reivindicações contidas no seu Programa.

Mais recentemente registou-se a visita do general Fábão à Unidade, onde a capacidade de organização dos soldados o levou a discutir e em muitos casos a aceitar a opinião destes.

Como actividades importantes destes camaradas relativamente à sua ligação com as lutas no exterior da Unidade (coisa porque eles sempre se têm batido), há a registar o envio de uma delegação ao RASP, no Porto, onde estiveram a dar apoio aos seus companheiros em luta, e o envio de uma outra delegação ao plenário inter-comissões de soldados na EPSM, onde, entre outras coisas, foi elaborada uma moção de apoio ao Renascimento. Neste como em muitos outros quartéis, os soldados organizam-se contra os oficiais reacionários, contra o capital, contra a exploração. Estes soldados, como todos os outros, dizem cada vez mais alto "REACIONÁRIOS FORA DOS QUARTEIS JÁ", constatando que também não basta dizê-lo mas FÁZ-LO



MANI

Dezenas e centenas de pessoas estiveram na manifestação passada dia 15 de Outubro.

A manifestação em si mesma é uma grandeza numérica, mas a perspectiva é que lhe empreenda uma verdadeira jornada.

RASP pelas suas pré-insurreccionais vitoriosa se inserida na global de avanço res para a conquista ta estratégia falhou e na fragilidade do outras unidades e is deram à luta.

PORTO
a Unidade da sua seriam exercidas de represálias sobre que se mantiveram. te a luta e que suas Unidades para ASP.
plenário, onde é posta de Fábão, e rem havido umas ações durante esse

ISOLEMOS AS MANOBRAS DIVISIONISTAS

mprensa é, pois, obra de indivíduos totalmente alheios à organização dos SUV.

3 — Entende, contudo, o Secretariado Regional de Lisboa do SUV que este incidente (que representa uma manobra de in-encenação divisionistas particularmente claras) não pode passar sem uma observação mais exaustiva sobre o fundo político subjacente a esta manobra. Assim:

a) A manifestação convocada para 22 de Outubro, apesar de apoiada por várias comissões de trabalhadores e de moradores, não pode ser considerada uma manifestação unitária, partidária e apresentando uma ofensiva autónoma dos trabalhadores para o avanço da Revolução — condição indispensável para que o SUV lhe desse o seu apoio. De facto, nessa manifestação, a par de palavras de ordem justas e que de resto foram avançadas pelo SUV — tais como "Reaccionários fora dos quartéis", "Soldados sempre sempre ao lado do povo", etc. — vai obedecer a outras, tal como "Reaccionários fora do Conselho da Revolução" que não só contrariam a Plataforma dos SUV como são um factor de desarmamento, de

desvio e de divisão do movimento popular de massas.

E isto porque? Porque o chamado Conselho da Revolução, tal como o MFA no seu conjunto, já demonstrou ao longo de vários meses, que, não só não pode ser uma barreira contra o avanço da reacção e do fascismo, mas também que precisamente constitui hoje um instrumento ao serviço da reacção, como é provado pela "lei da mordaca", pela ocupação e silenciamento da Rádio Renascença, pela criação do AMI, etc. Neste sentido, a tarefa do movimento popular de massas não é operar uma "viragem à esquerda" do MFA e do Conselho da Revolução, para de novo se colocar — tal como aconteceu até à queda do VI Governo — debaixo do controlo do MFA e do C.R. A tarefa do movimento popular de massas é antes a de avançar decididamente no caminho da Revolução Socialista, isto é, na criação de condições que permitam a destruição da exploração e do Estado capitalistas, e a instauração do poder revolucionário das massas trabalhadoras para construir o Socialismo. Ora, essa via revolucionária é aquela que passa pelo desenvolvimento e coordenação dos órgãos do Poder Popular (Comissões de Trabalhadores, Comissões de Mo-

radadores, Conselhos de Aldeia, Comissões de Soldados), pela generalização do controlo dos trabalhadores sobre a produção e toda a vida social, e ainda pelo armamento das massas populares, através da formação de milícias armadas controladas pelos órgãos do Poder Popular. Só assim se criarão as condições para o derrube do Estado burguês e a construção do Socialismo. E neste processo, o único Conselho da Revolução só poderá ser aquele que resultar da coordenação e centralização dos órgãos do Poder Popular (Comissões de Trabalhadores, de Moradores, de Soldados e dos Conselhos de Aldeia) para as tarefas revolucionárias da tomada do poder pelos trabalhadores.

É por tudo isso que o SUV não deu o seu apoio à manifestação de 23 de Outubro, a qual, pelas palavras de ordem referidas, não pode contribuir para o avanço da Revolução dos explorados e oprimidos, mas apenas para o reforço, nas estruturas burguesas do aparelho de estado e do MFA, das posições das forças políticas reformistas que não só praticam permanentemente a colaboração de classes, com a burguesia civil e fardada, mas que também se têm mostrado, nas alturas decisivas, contrárias ao avanço do processo

da Revolução Socialista.

Contudo os elementos reformistas no seio do exército não só não podiam ficar indiferentes ao sucesso e ao prestígio crescente das acções do SUV no seio das massas de soldados, mas também procuravam apropriar-se deste prestígio para o colocar ao serviço das suas manobras partidárias. É assim que, após terem denunciado os SUV's como organização fantasma, esquerdista e divisionista, passaram a "apoiá-los", tentando desviar a sua linha política para objectivos de conciliação e colaboração com a burguesia civil e militar. E, neste sentido, era para eles importante obter a adesão do SUV à manifestação de 23 de Outubro em Lisboa. É assim que, após terem enviado um grupo de indivíduos totalmente alheios à organização dos SUV em Lisboa, contactar em vão o Secretariado para apoiar a manifestação, resolveram o problema da forma mais simples: intitularam-se a eles próprios "núcleos SUV ou pró-SUV" de algumas unidades importantes e apresentaram-se como as bases do SUV criticando o Secretariado Regional e dando apoio à manifestação.

c) Nesta manobra, em que os seus actores nada mais representam do que eles próprios, constatamos até que ponto pode ir o

oportunismo de alguns sectores apostados em dividir e destruir o movimento autónomo dos soldados. Nesta manobra à escala dos quartéis podemos antever, para além disso, o que sucederá aos órgãos de Poder Popular se não souberem combater energicamente no seu seio as manobras oportunistas e liquidadoras de tais sectores.

4 — O Secretariado Regional do SUV de Lisboa apela por isso a todos os camaradas militares para que combatam estas manobras divisionistas através do reforço da sua unidade e da sua independência total face ao MFA e à hierarquia militar. Estamos certos que em plenários de cada unidade todos os camaradas saberão desmascarar estas manobras, isolando os seus autores e avançando no único caminho que pode levar ao avanço do movimento revolucionário dos soldados: a eleição de Comissões de Soldados eleitas e revogáveis e a ligação dessas às Comissões de Trabalhadores, de Moradores e aos Conselhos de Aldeia, pela constituição de assembleias populares democráticas e representativas dos interesses e das lutas das massas trabalhadoras. SUV

22-10-75

DADOS DO R. I. DE ABRANTES

Esse programa constava das seguintes exigências:

1. Alargamento do Fim-de-semana, já que quase 90% dos cruzeiros são do Norte e com o fim-de-semana que tinham até ali, não tinham tempo sequer de ir a casa.
2. Que os soldados pudessem entrar na Unidade "à civil" exactamente como todos os oficiais o fazem.
3. Que os bares e refeitórios fossem conjuntos ou seja que deixasse de haver Bares e Refeitórios separados, segundo o critério das graduações.
4. Condições de higiene na "casa de piquete" e na "casa da guarda" de maneira a permitir condições humanas coisa que até agora não tinha verificado.
5. Conseguir estar a par de todas as lutas dos trabalhadores da região e do país, através de poderes para isso concedidos à Comissão Dinamizadora Interna. Conseguiu também a certeza de que seriam dadas informações esclarecedoras aos soldados, em caso de pedidos para intervenção, ou de pedido de prevenção na Unidade.
6. Direito de reunião de todos os soldados sem a presença inevitável dos oficiais como antes se verifica-

va. Os soldados desta Unidade conseguiram uma vitória de enorme importância através da sua luta, sem retrocederem perante os entraves, estamos certos se lhes depararam, conseguiram a satisfação total das reivindicações contidas no seu Programa.

Mais recentemente registou-se a visita do general Fábão à Unidade, onde a capacidade de organização dos soldados o levou a discutir e em muitos casos a aceitar a opinião destes.

Como actividades importantes destes camaradas relativamente à sua ligação com as lutas no exterior da Unidade (coisa porque eles sempre se têm batido), há a registar o envio de uma delegação ao RASP, no Porto, onde estiveram a dar apoio aos seus companheiros em luta, e o envio de uma outra delegação ao plenário inter-comissões de soldados na EPSM, onde, entre outras coisas, foi elaborada uma moção de apoio ao Renascimento. Neste como em muitos outros quartéis, os soldados organizam-se contra os oficiais reaccionários, contra o capital, contra a exploração. Estes soldados, como todos os outros, dizem cada vez mais alto "REACIONÁRIOS FORA DOS QUARTEIS JÁ", constatando que também não basta dizê-lo mas FAZ-LO



MANIFESTAÇÃO DOS SUV EM ÉVORA

Dezenas e dezenas de milhares de pessoas estiveram presentes na manifestação ocorrida em Évora no passado dia 15 e que fora convocada pelos SUV.

A manifestação, que decorreu sem incidentes teve como primeira nota o contraste entre a sua grandeza numérica e a falta de perspectivas e objectivos precisos que lhe emprestasse o calor de uma verdadeira jornada de luta e mobilização.

Tal falha de perspectivas deve-se sem dúvida alguma a uma certa interpretação do actual momento político e das forças em jogo, interpretação essa que é alimentada por organizações políticas e que, como referiu Vasco Gonçalves "é bastante difícil" já que não se demarca da social-democracia. Efectivamente, toda a questão reside em saber onde está o inimigo principal, onde está o perigo: na social-democracia? No fascismo ou nas duas?

Para os reformistas o perigo é o fascismo. Temos para nós, no que coincidimos com Vasco Gonçalves que o inimigo principal é a conjugação da social-democracia com o fascismo, porque um golpe fascista não é possível sem uma base social de apoio. Ora o ponto é que quem mobiliza milhares de pessoas quem faz manifestações que dão cobertura e abrem campo de manobras aos ELP's, não é o fascismo, é a social-democracia.

Continuação de pág. 10

R. P. M.

AFASTAR OS DIVISIONISTAS PARA REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

Foram há pouco afastados do Regimento da Polícia Militar, uns quantos sargentos por actividades objectivamente contra-revolucionárias. A linha de acção destes senhores tem os seus antecedentes na influência que sobre eles tiveram certos oficiais que

também já deram que falar. Desses oficiais que acabaram por também sair da Unidade, destacam-se o capitão Fernandes, os capitães Cebola (que se sente com certeza muito bem instalado no AMI) Ferreira e Ribeiro de Almeida, todos subscritores do documento dos 9.

O DIVISIONISMO

Houve tentativas, por parte tanto dos sargentos como de oficiais, de causarem a confusão e o consequente divisionismo no meio dos soldados.

Essas tentativas foram feitas através de intervenções em

truques baixos foi coisa que tais pessoas não tiveram preocupação nenhuma em usar.

Chegou-se inclusive a contactar pessoalmente com soldados,

A RESPOSTA DOS SOLDADOS

Como resposta a tudo isto, a todas estas tentativas de divisionismo, os soldados do RPM, responderam saindo em massa para a manifestação dos SUV. Esta foi uma das muitas respostas que os soldados podem dar a todos os que tentem dividi-los, a todos os que tentem gerar a confusão.

advertindo-os que não seria boa política saírem para a rua fardados, que isso quebraria o tal espírito militarista que tanto preocupa certas camadas.

Por parte dos sargentos, houve sem dúvida uma certa tentativa de enquadramento na Unidade, pretendendo colaborar na reestruturação da Unidade, não numa perspectiva revolucionária, mas sim dentro do seu profissionalismo. Entretanto, e contrariamente ao que se tentava obrigar a acreditar o plenário de Unidade, depois de bastantes intervenções (principalmente de soldados) rneqa à

conclusão de que realmente há necessidade de um número mínimo de quadros dentro do exército, mas nunca de uma maneira que justifique a sujeição por parte dos soldados aos quadros existentes. Perante tudo isto podemos concluir, que já ninguém para a organização dos explorados, e que nos quartéis já se está a passar das palavras aos actos, já não se diz somente que é necessária a organização.

No RPM, como será em muitas outras unidades, afastam-se os divisionistas e consolida-se a ligação de trabalhadores com soldados.

CICAP-RASP

“A experiência do que será o exército popular revolucionário”

(Continuação da pág. 8)

burguesia pode governar mas não tem o poder suficientemente seguro nas suas mãos, para fazer executar as suas leis.

Por isso, a grande ofensiva dos capitalistas é, neste momento, nas unidades militares, procurando destruir a organização de classe dos soldados, expulsar os elementos progressistas e restabelecer a hierarquia tradicional no exército fascista e colonialista este é o primeiro passo. A que se seguirá o ataque em força às conquistas da classe operária, dos camponeses e de todo o povo trabalhador, às suas conquistas de poder popular e aos partidos progressistas e revolucionários.

(...)“A nossa luta representa também o aprofundamento de algumas experiências de democracia e de poder de organização que temos vivido ultimamente e dentro dos quartéis. No RASP, apesar de alguns erros cometidos e das limitações resultantes da rapidez com que os acontecimentos se sucedem, temos vindo a construir um novo tipo de relações e a avançar a experiência de um novo poder.

Quem decide é o plenário dos militares em luta, face ao qual todos os órgãos eleitos são responsáveis e a todo o momento destituíveis. As leis que governam a nossa luta são as leis que saem da nossa vontade colectiva expressa no plenário. A tradicional divisão entre os que mandam e pensam e os que executam e são embrutecidos desapareceu nos seus aspectos essenciais.

Na nossa experiência recolhem-se ensinamentos que são um enriquecimento não só para nós como para todo o povo trabalhador, fardado ou não. Na nossa

experiência encontramos a semente dos princípios de funcionamento do que será o Exército Popular Revolucionário numa sociedade em que os trabalhadores detenham o Poder”.

Mas a burguesia não desistiu dos seus intentos de reprimir a luta dos soldados e sendo assim, cedo começou a falhar no compromisso do general Fábão começando o brigadeiro Pires Veloso a exercer pressões sobre os militares que estiveram presentes na luta.

A esse propósito diz o mesmo comunicado.

“... — o brigadeiro Pires Veloso e os oficiais reaccionários não desistem na tentativa de nos dividir dos nossos camaradas nos quartéis e das massas populares e de nos tentar desmobilizar. Assim:

1. No Regimento de Cavalaria (Destacamento de Espinho), foram concedidos aos recrutas 10 dias de licença para não comparecerem no quartel, não tendo sido invocado qualquer motivo para tal decisão. É importante referir que os recrutas têm sido os mais coativos e desde o princípio da luta têm-nos apoiado;

2. O mesmo aconteceu no Regimento de Transmissões, onde foram distribuídos aos recrutas passaportes por 10 dias. No RTM tinha sido aprovada por esmagadora maioria uma moção de apoio à nossa luta e um voto de desconfiança no Brigadeiro;

— No Destacamento de Chaves foi dada a possibilidade ao Comandante de mandar de férias os recrutas, mas ele recusou;

3. Dois camaradas nossos do Quartel General foram interrogados durante várias horas sobre a sua permanência no RASP”.

Depois deste há um novo comunicado do CICAP-RASP,



datado de 16 de Outubro, que consideramos importante e de que transcrevemos certos excertos.

“...Desde a primeira hora nós vimos que o nosso combate era profundo, pois se no encerramento do CICAP a burguesia jogava uma cartada importante na sua ofensiva contra o povo trabalhador, fardado ou não, na luta pela reabertura do CICAP exprimia-se a capacidade de resposta dos explorados e oprimidos a essa ofensiva.

Desde a primeira hora nós contamos com as nossas próprias forças, organizando-nos e fortalecendo a nossa consciência de classe e a nossa firmeza e combatividade.

Desde a primeira hora nós soubemos que a nossa luta não era só dos camaradas do CICAP ou dos que se encontravam no RASP. Por isso procurámos unir por mil laços a nossa luta aos camaradas soldados e marinheiros e todos os quartéis ços a nossa luta aos camaradas soldados e marinheiros em todos os quartéis e à classe operária e a todo o povo trabalhador.

Quanto ao processo futuro de organização para exigência das reivindicações dos soldados, nomeadamente na concretização imediata

e total das decisões do general Fábão, diz o comunicado dos soldados do CICAP-RASP.

“...Para isso nós continuamos organizados e dispostos à luta. A Comissão de Luta continua, o nosso jornal voltará a sair e realizaremos no dia 24 de Outubro, no RASP, um plenário onde faremos o ponto da situação e decidiremos as medidas a adoptar.

A militância revolucionária dos soldados e das massas populares não pode parar. A nossa firmeza e unidade foram condições para a vitória. Elas continuam a ser armas que temos de fortalecer e usar para reduzir a nada medidas provocatórias e repressivas como as do Brigadeiro Veloso e a dos oficiais reaccionários que, depois da nossa saída do RASP e contrariando as decisões do General Fábão, ordenaram a passagem à situação de licença registada, dois camaradas do QG, 7 do RCPQ, e de 2 do RCPOE (Espinho). Elas continuam a ser as armas que derrotaram qualquer tentativa de traição.

Temos de ocupar todo o espaço que fizemos recuar à reacção capitalista não permitindo que ela reagrupe forças para destruir a nossa vitória.

Em cada quartel, em cada fábrica e bairro temos de multiplicar a



força e as lições que obtivemos na luta em todo o lado devemos desmascarar as mentiras e as calúnias lançadas sobre nós. Por isso apelamos à luta as massas populares. Realiza-se dia 17 às 21.30h na Escola Técnica de Gaia, um plenário de Comissões de Trabalhadores e Moradores, em que se estudarão formas de apoio à nossa luta. Apelamos para todos os camaradas soldados e marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários, não faltarem ao Plenário do RASP, dia 24, às 15 horas.

Camaradas:
A LUTA CONTINUA ATÉ A VITÓRIA TOTAL REACCIÓNARIOS FORA DOS QUARTEIS, JÁ! SOLDADOS SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS, UNIDOS VENCEMOS!

Perante isto, temos a certeza de que a resposta organizada dos trabalhadores e dos soldados, será bem firme contra todas estas tentativas de repressão, eles certamente que, agora, mais organizados do que nunca, com uma muito maior experiência de luta, e muito maior poder de resposta, saberão dizer ao senhor Pires Veloso, que não se intrometa na sua luta ou o mal será inevitavelmente seu.

No próximo dia 24. Sexta-Feira, haverá um novo plenário, onde serão discutidas novas forças de luta e onde serão estudados todos os problemas que até lá surgirem.

ANGOLA O PODER AO MPLA

A cerca de 15 dias da data da independência de Angola (11 de Novembro), os órgãos do Poder em Portugal mostram-se perfeitamente incapazes de delinear e gizar qualquer estratégia de descolonização.

Com efeito, após o completo fracasso de todas as fases da des-

colonização de Angola (ver a propósito os números 43 e 49 do "Revolução"), Portugal insiste ainda naquilo que a prática dos 18 meses posteriores ao 25 de Abril mostrou já ser absolutamente impossível: a conciliação de movimentos que traduzem interesses de classe antagónicos.

A QUEM ENTREGAR O PODER EM 11 DE NOVEMBRO?

No passado dia 19, o camarada Agostinho Neto afirmava que "aparece, pois, irrealista a posição assumida na ONU por Portugal na voz do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros ao propor uma nova conferência a quatro com a mediação e apoio de alguns países africanos, dentro dos princípios dos acordos de Alvor, já há muito suspenso por Portugal".

Por outro lado, em entrevista a "O Século" do dia 20, o Alto-Comissário em Angola, Leonel Cardoso afirmou que "de-sejariamos, portanto, entregar o Poder a esses três movimentos. Se tal for impossível, admito que o entregaremos a dois, mas, nas circunstâncias actuais o que não seria admissível era a entrega dos po-

deres feita a um só movimento (...)"

Quer dizer, Portugal parece interessado em entregar o Poder ao MPLA e à UNITA, uma vez que a FNLA já está tacticamente reconhecida como um movimento de características nazis e laço mais que directo do imperialismo norte-americano.

Mas, como a UNITA é (ou era?) o movimento que granjeava o apoio dos colonos em Angola, e até porque o actual poder em Portugal não se identifica nem "simpatiza" política e ideologicamente com o MPLA, Portugal tudo fará para que o Poder seja entregue a estes dois movimentos, ficando assim alheio às contradições existentes entre eles e à relação de

forças mais geral que existe em Angola.

Como nos dizia o comandante Iko Carreira (Revol. n.º 49), membro do Bureau Político do MPLA, "em qualquer país do mundo o Poder deve ser uma resultante da relação de forças político-militar existente, pelo que há a fazer é acompanhar o processo".

E quanto à posição do MPLA face à UNITA:

"Nós não organizámos até aqui nenhuma ofensiva militar contra a UNITA porque temos pensado que seria possível resolver o problema politicamente, pela discussão."

Claro que não poderemos viver assim eternamente e haveremos de atingir um limite qualquer que nos obrigue a alterar a estratégia".

E o mesmo Iko Carreira, em entrevista dado à revista "África-Asie" dizia que "a UNITA, neste momento, está dividida entre simpatizantes de uma aproximação com o MPLA e simpatizantes de uma aproximação com a FNLA - estes últimos maioritários. O que explica as "danças" e as hesitações... Os pequenos compromissos parciais... Os desmentidos... As reviravoltas..."

Convém aqui lembrar que a



COMANDANTE IKO CARREIRA

"O Poder deve ser o resultado da relação de forças político-militares existente..."

UNITA, um dos movimentos a Angola, foi, em 1966, "uma quem as autoridades portuguesas criação e instrumento do colonial-querem entregar o poder em

Continua na pág. 12

INDONÉSIA INVADIR TIMOR VI Governo desconhece o facto

A Indonésia desde sempre afirmou que seria a guardiã intransigente da "estabilidade geo-política da área", que não toleraria laivos progressistas na zona do Timor português. Indonésia, arquipélago de ilhas, isolado do Continente, não toleraria uma base anti-imperialista numa das suas próprias ilhas. A UDT e APODETI tentaram o seu golpe de Estado na sequência do qual a FRETILIN, frente progressista, passou a controlar a zona esmagando a UDT e APODETI cujos representantes se refugiaram na Indonésia. No golpe da UDT e APODETI tomou acção relevante o governador Lemos Pires que continua a ser o representante português na ilha.

No dia 15 de Outubro, forças indonésias invadem Timor tentando fazer-se passar por forças da UDT. A UDT que tinha sido esmagada militarmente, de repente bombardeia com artilharia pesada, marinha de guerra e forças de helicópteros (111).

Países da OUA, e países participantes da conferência Afro-Asiática que se realiza em Moçambique protestam violentamente contra a agressão imperialista (Moçambique, Guiné, China, Coreia do Norte e Vietnam entre outros).



VI GOVERNO ESPERA INFORMAÇÃO

O Governo português que mantém ainda soberania sobre o território timorense "desconhece" ao que parece o facto. Continua esperando informação detalhada (?) sobre uma invasão que se processa em território de baixo da sua soberania. Que o VI Governo não governa toda a gente sabe, mas nem tanto ao mar nem tanto à terra. Basta de palhaçadas.

OS POLÍTICOS DO VI GOVERNO

A Indonésia ao invadir passan-

do-se por UDT esperava a conviência do governo português mas não a resistência da FRETILIN nem a condenação dos países fronteiriços da área (Vietnam, Coreia, China). A 18 de Outubro as tropas indonésias batem em retirada e só Maliana restava sob ocupação.

No Diário de Notícias de sábado publica-se a carta de Rogério Lobato (vive-presidente da FRETILIN) a Costa Gomes, mas pelos vistos a carta "estraviou-se".

Melo Antunes na Assembleia-Geral da ONU preconizava há dias uma cimeira com a UDT e APODETI que não existem (Timor com

Continua na pág. 12)

8 de Outubro de 1975

Mensagem do presidente da Fretilin, ao povo português

Já desbaratamos a maior ofensiva desencadeada pelo imperialismo.

Neste momento, podemos dizer ao mundo que ainda temos um passo a dar em frente — é a nossa INDEPENDÊNCIA. Esperamos que com a acção de todos os Povos irmãos do Mundo e sobretudo com os Povos irmãos de Portugal e das ex-colónias possamos dar este último passo sem grande derramamento de sangue.

Afirmamos ao Povo Português que os 400 anos de colonialismo, embora tivessem uma face negativa, não deixaram de ter o aspecto positivo que é o conhecimento entre os povos, sua irmandade e sobretudo o sofrimento comum porque todos passamos. E portanto, neste momento, devemos unir todos os esforços para ganhar a Liberdade a que aspiramos e conseguir a Independência por que lutamos. A Independência não significa o rompimento de Fraternidade, mas sim o estreitamento cada vez mais sólido desta mesma fraternidade.

Queríamos saudar o Povo português, todas as forças progressistas que nos apoiaram e os órgãos de Informação, uma saudação em nome do Povo de Timor Leste que nunca esquecerá o apoio que tem recebido até este momento e que continuará a receber através dos tempos.

FRANCISCO XAVIER DO AMARAL

Presidente da FRETILIN

O PODER AO MPLA

Continuação da pág. 11

-fascismo na sua luta contra o MPLA", sendo ainda "utilizada e empolada pelos actuais responsáveis da política portuguesa, não como alternativa, mas como tampo à influência crescente do MPLA em certas áreas do País" (A. Neto, na sua referida comunicação do dia 19).

A corroborar estas afirmações está o facto de o MFA (enquanto existiu...) e os actuais órgãos do poder terem tido desde o 25 de

Abril uma política totalmente neo-colonialista em relação a Angola na medida em que, entre outros acontecimentos de gravidade não menos importante, sempre adularam a UNITA, na esperança (fracassada, é claro!) de evitar o regresso em massa dos colonos.

Em suma, não apenas através de Spínola, Portugal teve uma posição demissionista e de "vergonhosa traição ao povo angolano".

Não à «internacionalização do conflito»

Para cúmulo, e como exemplar desfecho deste brilhante processo de neo-colonialismo. Portugal ousa agora volta a ameaçar o povo angolano com o espectro da internacionalização do conflito, reconhecendo-se assim incapaz de entregar o Poder ao MPLA, ao mesmo tempo que passa um pretenso certificado de incompetência política aos três movimentos!...

De resto, já Iko Carreira nos tinha dito que "Portugal vai ser incapaz de dar solução válida ao problema da transferência de poderes aquando da independência da Angola em 11 de Novembro, e não sei se este Governo o poderá

fazer.

Certamente que vão tentar internacionalizar o conflito, o que é bastante grave".

No entanto, apesar de Leonel Cardoso entender que "nunca se pôs a hipótese de recorrer a forças militares internacionais", a verdade é que Agostinho Neto apelou para o povo português no sentido de pressionar o governo, a fim de "impedir a internacionalização do problema angolano, que poderá acarretar a divisão do nosso país".

A História ensina-nos que a internacionalização de um conflito (lembretho-nos do caso do e-Congo Belga, hoje Zaire) permite

sempre ao imperialismo reconquistar as posições perdidas, e que essa mesma internacionalização é sempre facilitada pela existência de uma opinião, internacional (leia-se "deformada pela imprensa burguesa") que julga ser absolutamente necessário intervir para separar os combatentes por tal forma que se evite o "massacre generalizado" do povo angolano...

Daqui que a FNLA tenha todo o interesse em levar até ao máximo, antes do 11 de Novembro, as acções armadas. Por isto mesmo já afirmou a FNLA que "não é contra o recurso de Portugal às Nações Unidas..."

Por outro lado a posição que Portugal tem tido para com Angola é de tal forma contrarrevolucionária que chega ao ponto de lançar ao mar grandes quantidades de armamento e material de guerra, só para que o MPLA não se apodere desse mesmo material!

Esta posição contrasta grandemente com as facilidades concedidas à FNLA no Norte de Angola, e com os contactos tidos num país vizinho de Angola, com vista a um acordo, inclusivamente militar, desse mesmo país com a UNITA...

e ali"; "mas isso são problemas inerentes a países novos em construção" que, durante vários anos vão ter que enfrentar diversas rebeliões.

Mas o MPLA, e o seu braço armado, as FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), vivem ainda condicionadas pelos limites de ainda serem um movimento de libertação, isto é, não deterem airda total soberania do Estado de Angola, mau grado o povo angolano começar já a assumir as responsabilidades que decorrem da independência.

Como dizia A. Neto "é agora que a batalha decisiva pela independência vai começar (...) os goloriosos combatentes das FAPLA, guiados pelos exemplos dos novos heróis devem incentivar as acções armadas para desalojar o inimigo das suas posições, liquidá-lo ou expulsá-lo para o estrangeiro (...). Cabe ao povo angolano e só a ele a grande responsabilidade histórica de defender a independência que tanto sangue já custou ao nosso povo.

Assim, a vitória é certa.

E viram-se os resultados.

PARTEM BARCOS PARA ANGOLA

Consta nos meios da Marinha que se preparam para zarpar para Angola dois navios, um dos quais o NIASSA, envolvidos em circunstâncias suspeitas.

Um deles está a ser transformado em navio-hospital, o que faz supor que se esperam feridos para tratar.

Isto vem ao encontro das suspeitas que muita gente tem de que se desencadeará em Luanda nos próximos dias um ataque ao MPLA.

ALGUNS DADOS SOBRE A INDONÉSIA O INTERLOCUTOR VÁLIDO DE MELO ANTUNES

De 1965 a 1966 foram assassinados entre 100.000 a 800.000 pessoas.

Os detidos — por exemplo os do campo de concentração de Nurankambangan, no centro meridional de Java — são obrigados a trabalhos forçados feitos em benefício de empresas privadas ou públicas, ou para militares que os tomaram como criados ao seu serviço.

Os detidos estão mal alimentados, mal vestidos e não têm nada para lavar-se.

E quase impossível para as famílias visitá-los.

O regime indonésio é uma ditadura militar que governa os 130 milhões de habitantes que vivem no arquipélago. Há 10 anos, o general Suharto tomou-o e fez um grande massacre. Hoje ainda há milhares de indonésios encarcerados. O regime reprime toda a oposição. Não sendo capaz de resolver os graves problemas de subdesenvolvimento, abriu as portas da indonésia aos capitais estrangeiros.

Em 30 de Setembro de 1965, um grupo de oficiais dirigido pelo tenente-coronel Vuntung — membro da guarda do presidente Sukarno, descobre uma conspiração de generais contra o presidente Sukarno, apoiada pela CIA. Vuntung pretende sanear o exército. Alguns oficiais são afastados do serviço e outros executados. Mas rapidamente a direita reage e controla a situação.

Este foi um acontecimento importante para o arquipélago, para o 3.º mundo e para o movimento comunista internacional. O equilíbrio entre os nacionalistas, o exército e o PC rompeu-se definitivamente.

Vários meses antes do golpe de Estado, em muitos distritos, tinham sido feitas ocupações selvagens de terras, organizadas muitas vezes por militantes do sindicato dos camponeses, controlado pelo PC. Este mantinha uma posição ambígua: por um lado não podia deixar de apoiar a luta de classes, por outro, como força participante no governo, tinha de negar a existência desta mesma luta.

No dia 1.º de Outubro de 1965 Suharto e os seus amigos compreenderam que era o momento de dar o golpe. Começaram uma terrível repressão contra os comunistas, contra a esquerda em geral, acusando-os, sem provas, de terem fomentado o golpe de Vuntung. A minúcia com que os militares e seus aliados civis procederam aos massacres e às detenções, permite pensar que muitos deles se tinham preparado antes da operação falhada de Vuntung.

A brutalidade que acompanhou a repressão em 1965 e 1966, a habilidade com que o general Suharto manipulou os clans militares, permitiram ao regime manter-se sem demasiadas dificuldades nos últimos 10 anos. Não obstante, continuou a existir a extrema pobreza da imensa maioria, contrastando com a opulência escandalosa de uns poucos novos ricos, as difíceis relações entre a cidade e o campo, o sustento incerto dos camponeses, etc.

Conciliar o inconciliável

Resumindo

Portugal nunca soube nem quis entender a luta de classes em Angola pela simples razão de que os órgãos do poder portugueses, embora com diferentes matizes e inflexões políticas, nunca estiveram decididamente ao lado dos explorados e oprimidos s.

Sendo assim, em Portugal como em Angola, existe uma luta de classes (que em Angola assume já há 14 anos a forma de luta armada), e o que há a fazer é escolher um dos lados da barricada.

Mas a verdade é que "a característica principal das forças portuguesas é a indecisão e a falta de uma estratégia de descolonização.

Não há, de facto, uma estratégia de descolonização nem há uma decisão da parte daqueles que têm o poder português, o que talvez seja reflexo da própria situação interna em Portugal". (Iko Carreira).

Com efeito aqui é que está o

problema: as contradições internas do processo revolucionário Português, auxiliadas pelas condições específicas da luta de libertação de Angola em 25 de Abril de 1974, refletiram-se sobremaneira na realidade angolana.

A responsabilidade histórica da independência

Apesar de tudo isto, "o dia 11 deverá assim ver partir tranquilamente os últimos instrumentos soberania portuguesa", soberania esta que "só tem podido exercer nas áreas controladas pelo MPLA", que são 12 dos 16 distritos de Angola.

Entretanto, enquanto a FNLA

INDONÉSIA INVADE TIMOR

Continuação da pág. 11

65 80 000 habitantes tem 80 000 homens em armas dentro da organização da FRETILIN; a UDT e APODETI existem ao nível de representantes e estes asilados na Indonésia).

O ex-ministro da Coordenação Interterritorial e actualmente da Comunicação Social — Almeida Santos — recusava reconhecer a FRETILIN como o legítimo representante de Timor Leste. Os mesmo cozinhados que se fizeram a propósito de Angola...

Se a crise mais grave foi ultrapassada foi devido à decisão dos timorenses e à solidariedade internacional dos povos irmãos. Os trabalhadores portugueses não podem esquecer que a sua libertação



passa pela libertação dos trabalhadores de todos os países, irmãos na miséria e exploração capitalista. A 17 de Outubro foi aprovada em Setúbal uma moção de solidariedade com Timor. Que a luta do povo de Timor seja associada às lutas dos trabalhadores portugueses.

ÚLTIMA HORA:

Quando a FRETILIN está em vias de varrer os invasores indonésios, Melo Antunes propõe conversações com a Indonésia no dia 20 de Outubro de 75. Antes nunca do que tarde, Antunes.

ESPAÑA

EUSKADI — AUTODETERMINAÇÃO PARA O POVO TRABALHADOR

FRANCO MORIBUNDO OU MORTO

Franco está moribundo (ou morto?), e continuam mantendo-o "em vida", artificial e inconsciente, porque ninguém pode total-mente assumir o pesado fardo da sua herança criminosas.

Os cardiologistas tratam de ganhar tempo para que os negociadores, os escroques, consigam recompor aquilo que é impossível recompor: a unidade das diversas famílias ideológicas que cristalizaram à volta do espírito do 18 de Julho (data do levantamento de Franco em 1936) e que foram a base da ditadura franquista e do desenvolvimento do capitalismo espanhol.

O fascismo de velho cunho — burocracia sindical, exército e policia — impediu a saída "democrática" pacífica, através das associações políticas e da integração no Mercado Comum e encurtou desta forma a margem de manobra da burguesia.

Os fascistas espanhóis estão demonstrando que não é tarefa fácil livrar-se deles.

A burguesia espanhola experimenta agora ao vivo o provérbio — quem semeia ventos recolhe tempestades!

A posição da esquerda revolucionária em relação ao problema basco tem de inspirar-se em certos princípios fundamentais.

1) O primeiro é o de que a luta de classes tem a primazia, "os proletários não têm pátria" e "a luta do proletariado contra a burguesia é nacional na sua forma mas não no conteúdo";

2) Mas a defesa eficaz dos interesses do proletariado exige também que este saiba assumir a luta contra todas as formas de opressão, saiba ligar a si todos os sectores oprimidos. Por um lado é pois necessário gritar bem alto que a unidade do Estado Espanhol e a Pátria não têm para nós importância alguma.

A nossa posição em relação a este problema deve ser definida em função dos interesses de classe do proletariado, interesses esses que são os únicos que nos interessam. Por outro lado, não tem sentido, de modo algum, deixar-se seduzir por uma mística nacionalista basca por questões metafísicas à volta da raça, da etnia, da língua. A nossa defesa da nacionalidade basca resulta do facto de este sofrer, uma opressão, do facto de que combatemos esta opressão, de que este combate é a base não só de uma aliança do proletariado basco e do de outras regiões, mas também base de uma aliança entre o proletariado em geral e os sectores oprimidos pela sua condição nacional.

As nossas propostas são de reforço desta rede de alianças contra a burguesia e o capital. A proposta de livre autodeterminação implica que apoiemos uma revisão das relações entre o povo basco e o de outras regiões, uma revisão para encontrar uma solução democrática, livremente aceite por ambas as partes, sem privilégios para nenhuma delas. Trata-se de

uma reivindicação democrática que tal como outras reivindicações democráticas não compromete realmente a ordem burguesa a não ser na medida em que esta pelo seu contexto histórico não pode permitir-se ser consequente e radicalmente democrática. Representa igualmente a manifestação clara da ruptura do proletariado com a ordem política estabelecida pela burguesia, ordem política em que não se pede aos bascos a sua opinião, impondo-lhes a dependência em relação a



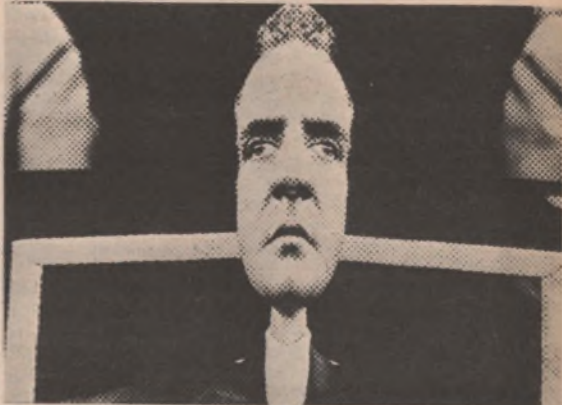
uma nação ou Estado, o uso oficial de uma língua estranha, etc, etc. A autodeterminação nas circunstâncias concretas actuais, implica o direito de participar nesta decisão não só ao proletariado mas também a todas as classes sociais trabalhadoras. Defender o seu direito de intervenção, é defender que o proletariado quer estabelecer uma aliança com elas, que as considera como aliadas em potência, na sua luta democrática contra a burguesia.

A correlação de forças actual na

nossa sociedade, exige que saibamos mobilizar, os camponeses, os pescadores, os empregados, os artifices, para a construção da ordem socialista e não o conseguiremos senão dando-lhes garantias de que eles também têm direitos e terão possibilidade de intervenção nas decisões; no entanto não ocultaremos que a classe operária é a classe fundamental e o motor de toda a transformação socialista e por consequência a classe dirigente.

Dentro do quadro que oferece a auto-determinação vai evidentemente haver uma luta entre as diferentes classes sociais para dar a esta uma direcção que corresponde aos seus interesses de classe ou em aquilo que creem ser seus interesses. No caso das classes médias, são inevitáveis as incoerências, as flutuações, as mistificações políticas, devido à sua posição intermédia, devido a não terem futuro histórico.

As posições que o proletariado deve defender dentro da auto-determinação vêm inspiradas pelos princípios assinalados: constituir as condições óptimas para uma aliança entre o proletariado basco e o de outras regiões, entre o



tado dependente das forças imperialistas.

Nos Açores os americanos fomentam actualmente a "independência". O proletariado basco e espanhol têm todo o interesse em permanecer unidos, coligados. Não formam mais do que uma só classe, a quem distinguem certas particularidades de origem histórica. Imigrantes castelhanos, bascos de língua castelhana e bascos de de língua basca que trabalham como operários, formam uma só classe à qual igualmente

aliança com os sectores que mais sofrem com a opressão nacional: camponeses, pescadores, pequena burguesia de língua e cultura basca.

Deverão estas bases constituir-se mais bem à volta da ideia de estatuto Autônomo ou de República Federal? Há que defender no quadro da auto-determinação a primeira ou a segunda solução? Para a esquerda Marxista a eleição de uma ou outra solução depende da situação concreta e da amplitude e significado que tome o problema das nacionalidades no Estado Espanhol. E é evidente que propomos estas soluções nas circunstâncias actuais reservando-nos ao direito de rever estas posições à medida que as circunstâncias mudem.

Não há para além disso nenhuma oposição de princípio a uma solução do problema basco dentro de uma Europa socialista, a uma integração directa do País Basco como entidade própria numa Europa Socialista. Contudo no actual momento histórico o problema basco é quase inexistente para além dos Pirinéus. A realidade é que o problema basco é um problema eminentemente espanhol, do Estado Espanhol, do ser histórico que este constitui. E bá que abordá-lo com realismo em relação com a crise social e política que este atravessa.

Ainda que não haja nada contra a ideia de uma República Socialista Federal o "desenvolvimento desigual dos problemas nacionais na Península faz com seja preferível propor o Estatuto da Autonomia para Euzkadi (País Basco). Um tal Estatuto "particular" permite uma melhor adaptação às condições concretas de cada caso nacional (ou regional) e corresponde melhor às tradições políticas da Península. Em tempo da II República existiram

Continua na pág. 14

MANIFESTAÇÃO DOS SUV EM ÉVORA

(Continuação da pág. 9)

TAL COMO NO CHILE

Tal como no Chile, onde foi a Democracia Cristã quem criou o clima, a desagregação, a mobilização que permitiu o golpe de Pinochet, também em Portugal é o PS quem faz manifestações e mobiliza possibilitando ao fascismo acções que de outro modo não teria podido empreender: queimar sedes de partidos de esquerda agredindo militantes de esquerda, matar militantes de esquerda. E quando os fascistas Pires Veloso e Jaime Neves deitam as unhas de fora não é o fascismo quem mobiliza massas para lhe manifestar o seu apoio, é o PS.

E o problema torna-se mais agudo quando à facção civil social-democrata se junta a facção militar social-democrata; os chamados "NOVE". O problema aqui agudiza-se, na medida em que, desta vez, é já dentro do aparelho militar que a social-democracia dá cobertura ao fascismo. A viragem à direita que deu lugar ao VI Governo não foi obra do fascismo mas dos "NOVE", ou se se quiser, à aliança "NOVE" - Fascistas. Os

O QUE É PRECISO É IR BUSCAR-LOS

Curiosamente uma das passagens da intervenção do camarada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais coloca o problema nos seus devi-

saneamentos à esquerda não foram obra do fascismo, mas dos "NOVE".

Reduzir, portanto, o inimigo ao fascismo, é deixar campo aberto à força donde começa o perigo: a social-democracia com Mário Soares e Melo Antunes à cabeça. Daí que tal corrente política (PCP) esteja incorrecta quando apenas adopta táticas defensivas, no momento em que a defesa só é possível com o ataque à aliança social-democracia-fascismo. Não há defesa eficaz que não passe pela derrota definitiva da reacção. Preservar a social-democracia é tática que deixa intacto o fascismo.

É por estas razões que a palavra de ordem "REACIONÁRIOS FORA DOS QUARTEIS JÁ" tal como foi gritada na manifestação de Évora perde todo o sentido ofensivo e fica reduzido ao seu carácter defensivo, na medida em que exclui a social-democracia. Ora além do mais, a social-democracia não está interessada em varrer com o fascismo, na medida em que este lhe dá uma cobertura; sem fascistas, a social-democracia aparecia claramente como reacção.

nos termos: "NÃO BASTA gritar "FORA COM OS REACIONÁRIOS DOS QUARTEIS JÁ", o que é preciso é IR LA BUSCAR-LOS".

O certo é que as únicas notas vivas da manifestação se ficaram a

dever aos manifestantes sujeitos à barreira reformista empenhada em não ferir a social-democracia.

O VI Governo foi poupado! Os "NOVE" foram poupados! PEZARAT (um dos NOVE que só já não sanou à esquerda porque a tal se opuseram, foi poupado! a luta dos soldados do RASP CICAP quase passava sem referência (o apoio foi formal, frio, passivo, tímido, "DESMOBILIZADOR") PIRES

VELOSO quase ficou incólume!...

E quando no final os camponeses manifestaram o seu impulso revolucionário, a tarefa dos organizadores foi... DESORGANIZAR, DESMOBILIZAR.

Manifestação em Évora não houve. O que houve, ouvimo-lo da boca de um graduado: "foi uma PASSEATA". É verdade foi uma passeata. E os camponeses interrogavam-se sobre o "Rumo ao

Socialismo"? Será assim que acabaremos de vez com a reacção? Será assim que alcançaremos a Revolução Socialista? CERTAMENTE QUE NÃO. Pois se até a exortânea chamada por "Vasco, Vasco", tentaram abafar...

E assim, o máximo que se poderá obter mais saneamentos à esquerda, mais sedes saqueadas, mais atentados, RUMO AO ...FASCISMO.

EUSKADI—AUTODETERMINAÇÃO PARA O POVO TRABALHADOR

(Continuação da pág. 13)

já diferentes Estatutos e a referência aos mesmos pelas diversas forças políticas será inevitável.

(...) Convém que nos precavêhmos contra a ideia de que só em Euzkadi é que o problema nacional é agudo. Em todos os momentos de fervor democrático no Estado Espanhol, os problemas nacionais (e regionais) reapareceram com um vigor inesperado. Há pois que contar com que venham a reaparecer e que venham a ser utilizados pelas forças burguesas. Pretender lutar

contra esta utilização negando o fundamento dessas reivindicações nacionais ou regionais seria suicida tanto em Euzkadi como em outras partes. É certo, sem embargo, que o problema não apresenta as mesmas características em Euzkadi, na Catalunha, na Galiza, Valência, Baleares, Canárias...

Nas circunstâncias actuais parece necessário e urgente exigir um Estatuto de Autonomia para o País Basco, Estatuto que deveria ser definido pelos representantes eleitos e revogáveis dos trabalhadores do País Basco (e de Navarra se os desta região desejarem incorporar-se ao mesmo). A definição de "trabalhador do país basco" é só em parte uma questão de princípio: todos os trabalhadores, autóctones ou imigrados, devem ter os mesmos direitos. Em grande parte é também questão de correlação de forças. O princípio "só vota aquele que trabalha" é indispensável, mas este princípio ainda que exclua os capitalistas (o que permite já demarcar-se das forças burguesas bascas que não aceitarão tal exclusividade) não define com clareza a co-relação entre o proletário industrial, o campesinato (heterogêneo e mais ou menos proprietário), as classes médias assalariadas e as classes médias pequeno burguesas (comércio, oficinas, etc.). Esta co-relação corresponderá à co-relação numérica (mais ou menos desfigurada pelos partidos) se o proletariado e as forças revolucionárias não podem ir mais além do sistema democrático burguês e do jogo dos partidos. Mas o exemplo de Portugal mostra-nos que em poucos meses pode-se passar desta situação (eleições para a Assembleia Constituinte) a situações muito mais avançadas. É evidente que o Estatuto elaborado por uma Assembleia Constituinte "pluri-partidária" não será o mesmo que o elaborado por uma "Assembleia do Povo"

que privilegiasse a representação operária e a das classes baixas (pescadores, camponeses proletarizados, etc.). De momento é impossível precisar mais as coisas a menos que se pretenda ser adivinho.

A nossa propaganda e agitação poderiam assim centrar-se à volta de uma série de temas "ascendentes". A ascensão far-se-á ou não segundo o impulso do movimento operário.

1) Livre auto-determinação para Euzkadi.

Este tema tem grande capacidade de mobilização frente à reacção (franquista ou Joñocarlita) mas não ultrapassa o quadro democrático compatível com a propriedade burguesa.

2) Estatuto de Autonomia para Euzkadi.

Tema que se enquadra da mesma forma que o precedente.

3) Definição do Estatuto pelos representantes eleitos pelos trabalhadores do País Basco. Só vota o que trabalha.

Isto exclui os capitalistas e corta com o chauvinismo "ético". Ultrapassa o quadro burguês mas tem que ser definido mais concretamente para distingui-lo de uma "Assembleia Constituinte pluripartidária". É o movimento real quem em definitivo irá permitir esta definição podendo-se todavia propor algo já para que as coisas se possam clarificar. Por isso apresentamos o ponto seguinte (ponto 4).

4) Assembleia Popular "legislativa" com:

A) Representantes dos Conselhos de Trabalhadores constituídos nas fábricas, oficinas e centros de trabalho (Bancos, Hospitais, etc)

(Continua na pág. 15)

CINTIDEAL

(Continuação da pág. 6)

operários dia e noite à volta do Ritz impedem a saída do administrador sueco enquanto a garantia de continuidade do trabalho não for assegurada. O Embaixador sueco tenta sacar o administrador do hotel sendo impedido pelos trabalhadores. Os monopólios suecos têm cerca de 5.000 empregados na indústria de Lanifícios em Portugal. Eles serão também atingidos nos tempos mais imediatos, por idênticas situações. Porque é que se mobilizaram somente 180 mulheres a pão e água sem dormir durante 3 dias e 3 noites à volta do Ritz, enquanto o administrador sueco dormia no hotel Ritz dando pontapés a uma trabalhadora e acenando em ar de gozo à janela do hotel. Porque é que não se mobilizaram os trabalhadores dos Lanifícios em massa revelando o conluio entre esta cambada social-democrata feita à custa da tragédia destes trabalhadores? Porque não se obrigou o governo sueco a intervir, já que essas caças democratas têm controle sobre mais de 90% das acções? Serão só os sociais-democratas

que estiveram gozando à custa dos trabalhadores? A Intersindical esteve presente nas negociações. O Sindicato esteve presente nas negociações. A Intersindical

CHEGA-SE A ACORDO — VITÓRIA DO CAPITAL

Os trabalhadores desmobilizam-se. Três dias e três noites sem ir a casa. Os maridos vão dando o seu apoio, revoltados no entanto com a condução do processo. Chega-se a acordo e que acordo!!!!

I — O administrador que não podia sair do hotel já pode saír.

II — Quanto à continuidade de trabalho, o administrador voltará no dia 5 sob palavra de honra (!) para vender a fábrica a um sueco que não garante nada.

III — Se a fábrica não se vende, continua tudo na mesma. Nem trabalho nem indemnização.

Depois de assinado o acordo, o administrador sueco dá uma entrevista à TV sueca em que diz que tudo se passou como ele queria desde o princípio, que não cedeu

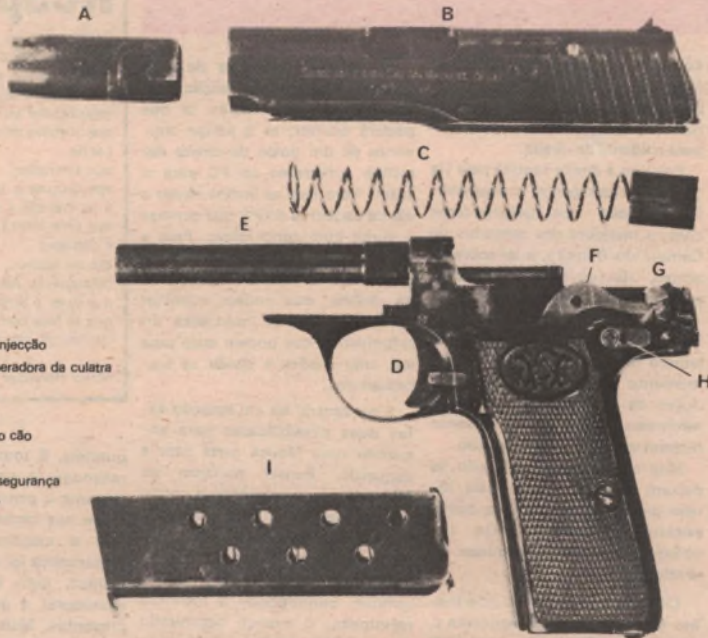
em nada e que, quanto a investir em Portugal, continua a ser muito bom, ao mesmo tempo que insinuosamente dizia que os operários portugueses recebem tanto como os ingleses (o mesmo cão que queria fechar a Fábrica). O representante do Ministério do Trabalho comentava as afirmações do administrador dizendo que os suecos são muito simpáticos... O Sindicato, por sua vez, achava que tinha sido uma grande vitória dos trabalhadores.

Operários, uni-vos. A única coisa que tendes a perder, são as vossas algemas.

A libertação da classe operária será sua própria obra. Organizai-vos ao nível da classe. As cúpulas fora das fábricas.

A ARMA

A partir deste número o «Revolução» passa a trazer armas... em fotografia.



- A — Câmara
- B — Janela de injeção
- C — Mola recuperadora da culatra
- D — Gatilho
- E — Cano
- F — Armador do cão
- G — Cão
- H — Patilha de segurança
- I — Carregador

**PISTOLA WALTHER
CALIBRE 7,65 mm
MODELO 4 (1910)**



EUSKADI

(Continuação da pág. 14)

B) Representantes dos municípios em proporção à população activa destes e eleitos pelos trabalhadores (e seus familiares maiores de 18 anos) excluindo aqueles que não participam na actividade produtiva. Tal exclusão será difícil de definir e negociar-se-á no calor da luta de classes mas este sistema representativo diminuirá enormemente a intipência das classes burguesas. É evidente que, tal diminuição representativa não será senão a tradução de uma diminuição da intervenção crescente — e bastantes vezes violenta e ilegal — do proletariado.

(Esta análise é parte de uma moção sobre o problema basco apresentada ao congresso da organização revolucionária espanhola "Accion Comunista", por um grupo de militantes bascos).

PRP — ÉVORA

COMUNICADO

A radicalização da posição que se tem vindo a verificar é o prémio de um desfecho para o processo desencadeado em 25 de Abril de 1974. Esse desfecho repetimo-lo uma vez mais, não poderá ser senão a Revolução Socialista ou o golpe fascista.

Em Portugal, sempre o dissemos, não são possíveis terceiras vias, sejam elas a social-democracia ou sequer o capitalismo de Estado. (...) a queda de figuras míticas civis e militares, a diluição de slogans bem sorriantes mas vazios de conteúdo, a clara tomada de posição por parte dos soldados, o pouco poder de mobilização por parte dos partidos políticos em contraste com a grande capacidade de mobilização por parte dos órgãos do Poder Popular, são sinais altamente positivos na actual situação.

(...) A hora que atravessamos não é para políticas de meias tintas. (...) O VI Governo Provisório é efectivamente um governo de direita, e é objectivamente de direita um Primeiro-Ministro que ataca os órgãos de Poder Popular, que instala a censura sobre pressão de coronéis e reaccionários, que admite como ministro um militar (Victor Crespo) a quem ele próprio, sob pressão das praças da armada retirara a confiança política!

Um Primeiro-Ministro que fala obstinadamente de autoridade quando à frente dos órgãos político-militares estão elementos de direita, não é um homem de esquerda mas um contra-revolucionário.

Um Primeiro-Ministro que vive obcecado pela ordem na sociedade capitalista que ainda temos, não é um homem de esquerda, mas um contra-revolucionário.

Um Primeiro-Ministro que fala repetidamente em indisciplina nos quartéis e que pretende que os soldados obedeçam cegamente a comandos reaccionários, não é um homem de esquerda, mas um contra-revolucionário.

Um Primeiro-Ministro dum Governo que se dota de uma força repressi-

va de choque como o AMI, não está a defender as classes trabalhadoras, está sim a abrir as portas ao fascismo.

Ainda hoje assistimos a um dispender de energias em manifestações, que assumem por vezes um carácter defensivo e reivindicativo. O PRP-BR, não tem nada contra as lutas dos trabalhadores que visam arrancar aos patrões melhores condições de vida e trabalho. O PRP-BR, não tem nada contra as manifestações e greves, que aliás sempre defendeu como forma de luta. Mas o PRP-BR não pode deixar de chamar a atenção dos trabalhadores para as insuficiências de tais objectivos. É altura de percebermos que de nada valerá aos trabalhadores conseguirem hoje aumento de salários, diminuição das escalas de categorias, melhoria das condições de assistência médica, as ocupações de casas e herdades, etc. se amanhã nos cair em cima o fascismo.

(...) A organização dos SUV, surgida nos quartéis e com comprovado poder de mobilização é já também um órgão do Poder Popular que, conjugado com órgãos como Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, e Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, abrem para o imediato a possibilidade da Revolução Socialista através da Insurreição Armada coordenada pelos órgãos do Poder Popular. Por isso os trabalhadores e moradores devem encarar como tarefa primeira a rápida organização dos seus órgãos político-militares, coordená-los entre si e com os SUV, que o mesmo é dizer lançarem-se na tarefa da construção do exército Revolucionário a caminho da Revolução Socialista.

**NÃO AO VI GOVERNO
EM FRENTE COM OS CONSELHOS REVOLUCIONARIOS
EM FRENTE COM OS SUV
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
PELA DITADURA DO PROLETARIADO**

Direcção da O.R. ALENTEJOS
16-10-75

Revolução

Composição e impressão: MIRANDELA & C.* - Trav. Condessa do Rio, 7.9 /// Distribuição: DIG - Rua das Chagas, 2 - Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

A ida das B. R. para a clandestinidade é uma resposta dos revolucionários perante o avanço da direita. É a possibilidade de ter uma reserva armada que seja um dos instrumentos da insurreição e que possa responder "taco a taco" aos avanços da direita. Porque a direita clandestina, com a cumplicidade da direita legal (o poder) passou a actuar com mais intensidade, pretendendo atingir objectivos de esquerda — a sede do PRP, o MPLA, carros de oficiais da Marinha. Isto significa também que a direita não tem mais para atacar ao nível militar. Enquanto constrói o AMI e prepara a possibilidade da ofensiva da Força Aérea, o Poder pode apenas permitir-se o autoritarismo de fazer leis impopulares, insultar os conselheiros de esquerda e prender camponeses que fazem ocupações. Neste impasse, que fará a direita e que poderá avançar a esquerda?

Não há dúvida que a situação em Angola é neste momento determinante da evolução da situação portuguesa. Uma coisa é certa: o imperialismo dará tudo por tudo para não deixar Angola nas mãos do MPLA. Viu-se obrigado à largar a Guiné e Moçambique, mas o problema de Angola é demasiado grave para o imperialismo. Em Angola residem dois pontos fundamentais: as riquezas naturais contidas naquele país e a possibilidade, pela Organização do Poder Popular já existente, de o transformar na sociedade africana mais avançada, sob o ponto de vista de poder e de criação de novas estruturas de produção. Uma chama em África capaz de provocar incêndio a todo o momento.

Por outro lado é certo que a independência de Angola, sendo reconhecida a 11 de Novembro conferirá de facto poderes ao MPLA, sr. de Luanda e da máquina do poder central e único movimento verdadeiramente angolano, neste momento dominando militarmente a ex-colónia.

Perante este facto, o imperialismo tentará das duas uma: ou criar um vácuo de poder em Portugal de modo a que naquela data não haja governo português para conferir formalmente a independência, ou desencadear em Luanda de connivência com reaccionários do exército português, uma batalha rápida e brutal contra o MPLA, de modo a obrigar este movimento a sentar-se à mesa das negociações com a FNLA e a UNITA, permitindo assim a reentrada política destas organizações dentro da máquina

do poder. O imperialismo tinha ainda o recurso de entregar o caso à ONU e às suas tropas, alegando o não cumprimento dos Acordos de Alvor. Mas para tal precisaria de levar o assunto ao Conselho de Segurança.

É esta situação de Angola, que tem que ficar decidida até dia 11 que vai determinar o desenrolar dos acontecimentos aqui.

A direita sabe também que quanto mais tempo passa mais possibilidades tem a esquerda de se organizar. Organização que pressupõe o derrube do VI Governo. Daí que alguns representantes da ala direita do poder falem da necessidade de apressar um confronto aqui. Isso beneficiaria a necessidade de criar um vácuo no poder por causa da data da independência de Angola e bloquearia a continuação da organização da esquerda revolucionária.

É nesta conjuntura que a atitude do poder perante o caso do Rádio Renascença revela fraqueza. Diante da magnífica manifestação realmente unitária que tirou os selos ao Rádio Renascença, o poder não reagiu pela força; tinha apenas, habilidosamente, retirado a possibilidade de emissão pela falta de determinadas peças. É uma atitude de quem joga com pouca força de quem tem como militares os comandos da Amadora (que

começam a ruir). E os aviões do Montijo. Forças que podem dar para fazer muitos mortos, mas que não dão para manter o poder. É esse o dilema da direita.

Por isso a direita tentará pela via "legal" actuar contra a esquerda. A demissão dos governadores civis, a manobra dos saneados da Câmara do Barreiro, a lei sobre as armas, são os passos que este poder tenta dar, sem fazer sangue.

Retirar as armas aos revolucionários e aos trabalhadores lembra tristemente a lei do desarmamento ocorrida no Chile, em Julho de 1973. Lá como cá, os reformistas presentes no governo fecham os olhos e dão a bênção.

Mas os revolucionários não se deixam desarmar. Nem pela lei, nem pelas acções que essa direita entender promover. Os revolucionários não se demitem da revolução.

Os caminhos invios do reformismo tentarão todas as manobras e, nesse aspecto, são possíveis surpresas no futuro imediato. O encontro PS-PC, para "desmascarar o PS", mas em que este entra e sai hegemónico, impondo condições (entre as quais a presença do PPD no Governo), é um aval ao VI Governo e é uma manobra do PS para acalmar os ímpetos do PC em relação às posições de outro partido.

É, enfim, a abertura de uma possibilidade de constituição dum Governo PS-PC-Militares, o que poderá ocorrer, se o perigo eminente de um golpe de direita der razões suficientes ao PC para o fazer. Para isso se inclina muito a ala de esquerda do PS que começa a surgir com certo relevo. Para a esquerda há, portanto, 2 perigos: as crescentes medidas repressivas da direita, que podem culminar num golpe; e as manobras do reformismo, que podem mais uma vez criar ilusões e dividir os trabalhadores.

É necessário ter em atenção estas duas possibilidades para encontrar uma táctica certa para a esquerda. Pensar portanto no factor tempo e calendário e contar com a questão de Angola. Encontrar a defesa — ataque necessários para responder à repressão. E, mais uma vez, esclarecer e organizar, contrapondo à manobra reformista, o avanço organizado dos revolucionários. Sobre tudo encontrar ao nível da direcção do processo revolucionário a capacidade de iniciativa e de coordenação que correspondam ao avanço que o poder popular tem por esse país fora. Encontrar ao nível da direcção a correspondente desse verdadeiro sinal de insurreição que são os soldados sublevados em quase todos os

Resposta

Então como se faz a revolução? perguntou-me a tia Albertina, com sangue e armas e merda e com sol e céu respondi-lhe eu que acabava de chegar da América Latina que confusão! apavorou-se a tia Albertina e os cravos? e os capitães? tive uma súbita vontade de cagar e catrapuz zás na latrina desculpe tia Albertina que quer a senhora que se faça com cravos e capitães quando se volta da América Latina?

Mário Henrique Leiria

quartéis. E tomar a iniciativa, ser realmente a vanguarda, é exactamente o contrário do que aconteceu nas longas horas de espera que a manifestação do Rádio Renascença foi obrigada a fazer na Buraca, num legalismo que fez desesperar a grande maioria dos presentes. Mais uma vez as correntes maoístas foram um factor de atraso, uma força de contra-vapor. Esta força de contra-vapor tem de ser ultrapassada, tal como as manobras reformistas. De modo a unificar os trabalhadores, em vez de os dividir, levando no movimento revolucionário o máximo das bases de todos os partidos de esquerda, mas escapando ao controleurismo das suas direcções.

